



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e de Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

Coordenação Geral de Análise e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública

A Matriz Curricular em Movimento

Diretrizes Pedagógicas e Malha Curricular

Brasília, abril de 2006

Sumário

- Primeiras palavras
- Apresentação
- Um pouco da história
- Referenciais legais atuais para formação dos profissionais da área de segurança pública
 - Doc 1- Matriz Curricular Nacional (texto resumido)
 - Doc 2- Diretrizes Pedagógicas
 - Doc 3 - Núcleo comum básico
 - Doc 4 - Ementas Elaboradas

Primeiras Palavras

A Secretaria Nacional de Segurança Pública tem assumido um papel ativo na articulação e na implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) provocando importantes mudanças no que diz respeito à formulação das políticas orientadoras da formação, do desenvolvimento profissional e da educação permanente de seus profissionais.

É nesse cenário de mudanças que surgiu em 2004, a Matriz Curricular Nacional com o propósito de ser um referencial para a formação dos Profissionais de Segurança Pública.

Após a sensibilização dos Gestores, suas bases filosóficas foram consolidadas e as Academias de Polícia e Centros de Formação foram incentivadas a adequar seus currículos.

Em 2005, continuamos o intenso processo de debate com as Instituições de Segurança Pública dos Estados que culminou na proposta de criação de diretrizes para a implementação da MCN e no desenho de uma malha curricular, desenvolvendo dessa forma condições de crítica e de reflexão sistemática e estimulando o fortalecimento do movimento por mudanças no processo de formação dos profissionais de Segurança Pública.

Este documento trata-se de uma primeira versão que deverá ser debatida por todas as instâncias comprometidas com esta causa.

A SENASP propõe caminhos: Programas e Projetos serão desenvolvidos a partir das linhas gerais constantes nesse documento. Precisamos avançar em muitas frentes de modo a garantir conhecimentos, valores, crenças e atitudes.

A contribuição de todos é fundamental para o sucesso deste trabalho.

A Matriz Curricular em movimento. O que é isto?

“Mas a escola não é só isso. Existe um mundo aparente, e um não aparente, oculto, nas paredes que ouvem todos os dias as vozes que nela habitam.”
(Bernadete Cordeiro)

A **Matriz Curriculares em Movimento** é um guia didático-metodológico que tem por objetivo apresentar idéias e sugestões de estratégias e ações - com base nos princípios e fundamentos da Matriz Curricular Nacional - que possam subsidiar você, gestor, técnico ou professor que atua nos Centros de Ensino de Formação dos Profissionais de Segurança Pública na reflexão da prática pedagógica, no planejamento e na execução das ações formativas.

Por que a utilização da expressão “em movimento”?

Porque espera-se que as idéias e sugestões possam provocar isto mesmo: um movimento. Mobilização mental (reflexões); mobilização de pessoas; mobilização estratégico-política ..., e espera-se também que todo este movimento chegue as salas de aula, contribuindo para a excelência da formação do profissional de segurança pública.

Um pouco da história

Um mundo em mudanças.

Uma inacabável e desafiante construção.

No cenário de mudanças permanente a educação destaca-se como processo de compreensão do contexto e de construção de conhecimentos, desenvolvimento de habilidades e fortalecimento de atitudes para agir sobre o presente e o futuro.

As necessidades advindas deste processo em construção esta impulsionando a inversão na perspectiva da organização curricular visando que a mesma privilegie:

- O foco na aprendizagem;
- A construção de redes do conhecimento (integração - cooperação – articulação);
- Várias situações, diferentes tipos de aprendizagem e recursos;
- O desenvolvimento de competências e habilidades articuladas com conhecimentos, métodos/técnicas e valores;

- Autonomia intelectual.

Em relação ao processo de formação, capacitação e desenvolvimento dos profissionais não poderia ser diferente; atreladas à eficácia e a efetividade organizacional o investimento no capital humano e a valorização profissional se tornam imprescindíveis para superar os desafios existentes.

Em consonância com as exigências constitucionais e as demandas da sociedade brasileira, principalmente as advindas da modernização do Estado, o Ministério da Justiça por meio da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública, a SENASP sempre esteve articulado com este cenário de mudanças e com a necessidade de preparar o profissional da área de segurança pública para compreender contexto e atuar/intervir na realidade.

Esta história possui registros institucionais, como você verá a seguir, observando a linha do tempo:

Fatos e Informações sobre o cenário que influenciaram/influenciam o enfoque da segurança pública	Ações Institucionais da SENASP para as ações formativas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ 1988 Estado Democrático de Direito Institucionalização Segurança Pública ▪ 1995 - 2002 Mudanças trazidas pelo processo de reforma do Estado Inclusão das demandas da sociedade e do cidadão Inserção das Tecnologias da comunicação e da informação. Inclusão dos Direitos Humanos Necessidade de um enfoque comunitário Necessidade de integração entre as instituições que compõem o sistema de segurança pública, principalmente, Polícia Militar e Civil 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bases Curriculares ▪ Plano Nacional de Segurança Pública ▪ Fundo Nacional de Segurança Pública ▪ Programas de cursos de capacitação profissional ▪ Projeto ler, ver e ouvir (na implementação denominado interagir)
ATUAL GOVERNO	

▪ **2003/2004**

Atenção as demandas do paradigma da Complexidade – Necessidade de se compreender e abarcar a dinâmica da realidade

Fortalecimento da relação Direitos Humanos e atividades policiais

Ampliação das demandas comunitárias

▪ **2005 - 2006**

Necessidade de uma integração mais ampla e sistêmica

Visão de cenários e desafios futuros

Fortalecimento da integração entre Polícia Militar, Civil e Corpo de Bombeiros.

Busca de uma segurança mais humana e global

Necessidade de maior alcance das ações formativas

▪ Sistema Único de Segurança Pública

▪ Matriz Curricular Nacional

▪ Portal de Segurança Humana

▪ Jornadas de Direitos Humanos

▪ Escola de Protagonismo Policial - ESCOPPOL

▪ Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública - RENAESP

▪ Segurança e Educação ao alcance de todos - SEAT (EAD)

▪ Diretrizes Pedagógicas

▪ Matriz curricular em Movimento

▪ Implementação do Projeto Interagir;

▪ Jornadas de Direitos Humanos

Outras ações federais e estaduais somam-se a este quadro com a mesma finalidade: a busca da excelência nas ações de formação e, conseqüentemente, a melhoria das ações de segurança pública.

Referenciais legais atuais para formação dos profissionais da área de segurança pública

Os documentos apresentados a seguir deverão ser observados, pois orientam as atividades formativas destinadas aos profissionais da área da área de segurança pública.

Doc 1 - Matriz Curricular (texto resumido)

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, elaborou em 2003 a Matriz Curricular Nacional com objetivo de nortear as ações formativas para os profissionais da área de segurança pública.

Matriz

A palavra “matriz” remete às idéias de “criação” e “geração” que norteiam uma concepção mais abrangente e dinâmica de currículo, o que significa propor instrumentos que permitam orientar práticas formativas e as situações de trabalho em Segurança Pública, proporcionando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre *Eixos Articuladores e Áreas Temáticas*.

Matriz Curricular Nacional - 2003

A Matriz Curricular nacional é constituída de princípios, objetivos, eixos articuladores, áreas temáticas, orientações teórico-metodológicas e ainda uma orientação para o sistema de avaliação e monitoramento das ações formativas.

Os princípios são preceitos que fundamentam a concepção das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública, dos quais pode-se destacar os Direitos Humanos e Cidadania são referenciais éticos normativos-legais e práticos.

A Matriz Curricular Nacional indica como objetivos gerais essenciais à formação:

- a compreensão do exercício da atividade de Segurança Pública como prática da cidadania;
- o posicionamento crítico, responsável e construtivo nas diferentes situações sociais;
- a percepção dos agentes transformadores da realidade social e histórica do país;
- o conhecimento e valorização da diversidade que caracteriza a sociedade brasileira;

- o conhecimento e domínio das diversas técnicas ao uso legal da força e da rama de fogo;
- o desenvolvimento do auto-conhecimento dos profissionais da segurança pública;
- a utilização de diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos que norteiam a atuação dos profissionais da área de segurança pública.

A dinâmica e a flexibilidade da Matriz Curricular Nacional se encontram nos Eixos Articuladores e nas Áreas Temáticas, onde a interação dos seus conteúdos produzirá a resposta à demanda complexa das ações formativas para área de segurança pública.

Os Eixos Articuladores estruturam o conjunto dos conteúdos formativos, em que foram definidos por sua pertinência na discussão da Segurança Pública e por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, enfrentadas pelos por seus profissionais, considerados de abrangência nacional.

Os quatro eixos articuladores, relacionados a seguir são:

- O sujeito e as interações no contexto da segurança pública;
- Sociedade, poder, Estado, espaço público e segurança pública;
- Ética, cidadania, Direitos Humanos e segurança pública
- Diversidade, conflitos e segurança pública.

As áreas temáticas contemplam os conteúdos indispensáveis à formação do profissional da segurança pública, isto é, devem convergir para capacitá-los no exercício de sua função. Foram elencadas 8 (oito) áreas temáticas destinadas a acolher um conjunto de conhecimentos a serem tratados nos currículos das ações formativas.

- Sistemas, Instituições e Gestão Integrada de segurança pública;
- Violência, crime e controle social;
- Cultura e conhecimentos jurídicos;
- Modalidades de gestão de conflitos e eventos críticos;
- Valorização Profissional e saúde do trabalhador;
- Comunicação, informação e tecnologias em segurança Pública;
- Cotidiano e prática policial reflexiva;
- Funções técnicas e procedimentos em segurança pública.

Relacionamento dos Eixos Articuladores e das Áreas temáticas

O movimento é constante entre os eixos articuladores e as áreas temáticas. É válido ressaltar que todo este movimento possui como concretização final de todo o processo de formação à área temática funções, técnicas e procedimentos em segurança pública, que instrumentalizará o profissional de segurança pública no desempenho de sua função.

Doc 2- Diretrizes para as atividades formativas¹ para os profissionais da área de segurança pública no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP

1- Das referências e dos princípios a serem seguidos

1.1. As atividades formativas de ingresso, aperfeiçoamento ou atualização/capacitação na área de segurança pública, seja nas modalidades, presencial ou a distância, deverão ter como referência os princípios contidos na Matriz Curricular Nacional e os eixos ético, legal e técnico, pertinentes ao ensino do profissional da área de segurança pública, num Estado Democrático de Direito.

1.1.1. Entende-se por atividades formativas de ingresso aquelas que têm por finalidade qualificar os recursos humanos necessários para o desempenho das atividades típicas dos cargos iniciais das instituições de segurança pública de âmbito estadual e federal, que compõem o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

1.1.2. Entende-se por atividades formativas de aperfeiçoamento profissional, aquelas que se configuram requisito indispensável à promoção e que têm por finalidade qualificar os recursos humanos para o desempenho das atividades típicas dos cargos de carreira das instituições de segurança pública de âmbito estadual e federal, que compõem o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

1.1.3. Denomina-se por atividades formativas de atualização/capacitação, aquelas que possibilitem o acompanhamento e o desenvolvimento da evolução das diversas áreas do conhecimento, o inter-relacionamento com a cidadania, a sociedade e a atualização constante da doutrina do profissional da área de segurança pública, em conformidade com a dinâmica social.

1.2. As atividades formativas devem ser integradas.

1.2.1. A integração não está adstrita ao compartilhamento do espaço físico, à carga horária e às áreas de conhecimento, todavia, exigirá que se observe no âmbito estadual e federal os seguintes aspectos:

- Política de ensino unificada com diretrizes claras quanto à formação, aperfeiçoamento e atualização;
- Existência de equipes de coordenação/supervisão única e integrada, que poderá ser organizada como diretoria (ou outra denominação) de ensino das secretarias de segurança estaduais ou por órgãos competentes no âmbito federal;

¹ Por atividades formativas entende-se: os cursos, as palestras, estágios, trabalhos de campo ou qualquer outra atividade realizada com fins educacionais

- Planejamento de ensino compartilhado e elaborado por uma equipe composta por profissionais das diversas instituições que compõem o Sistema de Segurança Pública no estado, contando, obrigatoriamente, com o auxílio de um profissional com graduação em pedagogia;
- Conjunto de conteúdos comuns que abranjam a concepção de Estado-Sociedade, o papel e a importância da ação profissional de segurança pública num Estado Democrático de Direito, bem como garantam a Unidade de pensamento e ação ética, técnica e legal desse profissional;
- Conjunto de doutrinas, métodos, técnicas e procedimentos uniformizados;
- Quadro de corpo docente capacitado e integrado;
- Ambientes de ensino, fisicamente adequados, que proporcionem a integração e estimulem a aprendizagem colaborativa.

2. Do desenho dos currículos, programas e planos de ensino

2.1. Os currículos e programas das atividades formativas devem ser compostos por um núcleo comum (básico) e uma parte específica.

2.1.2. – O núcleo comum, recomendado pelo Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, de acordo com o documento da Matriz Curricular Nacional, é composto por disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais) e atitudinais, cujo objetivo é a garantia de unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública.

2.1.2.1. – As disciplinas que compõem a grade curricular do núcleo comum e suas respectivas cargas horárias, devem constar das grades curriculares dos currículos dos centros de ensino, observado o foco que se fizer necessário para atender a atividade formativa a que se destinam.

2.1.2.1.1. – Serão aceitas disciplinas com nomenclatura e ementa diferentes, porém equivalentes, desde que justificada a equivalência.

2.1.2.2. – Todos os conteúdos expressos nas ementas das disciplinas do núcleo comum devem compor os currículos dos cursos de formação de qualquer centro de ensino da área de segurança pública.

2.1.3.- A parte específica deverá ser elaborada pela equipe de supervisão integrada de cada estado em conjunto com as instituições envolvidas, observados os perfis profissiográficos e as competências e habilidades existentes na Classificação Brasileira de Ocupações –CBO (<http://www.mteco.gov.br/busca.asp>), elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A parte específica deverá ser composta por disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais

(habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais) e atitudinais, relacionados diretamente com a especialidade que irão desempenhar, com as necessidades e peculiaridades regionais e com a complementaridade do núcleo comum.

2.2. Os planos de ensino das disciplinas, anexos aos currículos dos diferentes cursos, devem conter os objetivos educacionais a serem alcançados, a justificativa, os conteúdos programáticos, as cargas horárias previstas, a frequência mínima exigida (75%), as práticas didáticas a serem adotadas, bem como a descrição do processo e instrumentos de avaliação.

3. Da Metodologia de Ensino

Com o objetivo de favorecer a articulação e a alternância entre teoria e prática, os currículos, programas e planos desenvolvidos com base na Matriz Curricular Nacional devem:

3.1. Proporcionar a participação “ativa” dos discentes por meio de atividades que favoreçam a reflexão sobre a prática, envolvendo mecanismos intencionais que possibilitem a reflexão antes, durante e após a ação.

3.1.1. Estudos de caso, simulações, resolução de problemas, projetos, vídeo-formação, grupos de vivência/observação, prática assistida, entrevistas dentre outros são atividades que auxiliam o desenvolvimento de uma prática reflexiva;

3.1.2. Por mecanismos intencionais entende-se um planejamento de ensino que possa considerar as competências e as habilidades que serão desenvolvidas, bem como os objetivos a serem alcançados. Para isto, os professores devem considerar que o profissional da área de segurança pública trabalha em ambientes e situações de risco, portanto, necessitam administrar o estresse. É importante que os professores, principalmente os das disciplinas técnicas-operacionais desenvolvam mecanismos de observação e avaliação das práticas e criem as condições necessárias para que os alunos possam apreender – aplicar – avaliar – corrigir, mediante um feedback constante.

3.2. Favorecer uma ambiente de formação aberto, ou seja, que vá além dos muros dos centros de ensino, contemplando atividades que favoreçam aos alunos o contato e o intercâmbio com: todos os órgãos de segurança pública, comunidades, ONGs, instituições de ensino, bibliotecas;

3.3. Prever mecanismos para a revisão continuada de seus objetivos, conteúdos e práticas didáticas, com base nos dados colhidos nas avaliações procedidas;

3.4. Enfatizar e prever as condições necessárias ao desenvolvimento dos conteúdos atitudinais, particularmente: patriotismo, responsabilidade, lealdade, disciplina, entusiasmo profissional, cooperação, iniciativa, criatividade e os preceitos de respeito à dignidade humana e da responsabilidade social;

3.5. Incentivar que o aluno desenhe seu percurso de desenvolvimento profissional dentro da instituição, estimulando o auto-aperfeiçoamento e a predisposição à mudança;

3.6. - Favorecer a ampla utilização das tecnologias de informação e comunicação nas atividades presenciais ou a distância;

4. Prescrições a serem consideradas no planejamento e execução das atividades formativas

4.1. A equipe da secretaria de segurança responsável pela supervisão e coordenação das atividades formativas, em conjunto com a direção e equipe técnicas dos centros de ensino dos profissionais da área de segurança pública, deve organizar um banco de dados que possibilite o cadastramento e avaliação dos docentes. Quando não for possível, deve solicitar que o professor faça a inclusão do seu currículo no sistema Lattes do CNPQ (<http://lattes.cnpq.br/curriculo/sistemas.jsp>). Isto ajudará na seleção dos profissionais para compor o corpo docente das atividades formativas a serem desenvolvidas.

4.1.1. O pagamento do profissional de segurança pública que atua como docente deverá ser realizado conforme orientação do respectivo Tribunal de Contas. Cada secretaria deverá buscar orientação para legitimar o processo.

4.2. A equipe da secretaria de segurança responsável pela supervisão e coordenação das atividades formativas, em conjunto com a direção e equipe técnicas dos centros de ensino dos profissionais da área de segurança pública, devem elaborar cronograma anual das atividades formativas de ingresso (quando houver), aperfeiçoamento e atualização para os referidos profissionais, bem com a pesquisa e capacitação pedagógica para os docentes que formam o quadro de professores de seus cursos.

4.2.1. Os centros de ensino dos profissionais da área de segurança pública são espaços articuladores e irradiadores de conhecimento devendo promover atividades de ensino e pesquisa, para tanto, devem

investir em parcerias com outras instituições de ensino, institutos de pesquisa, ONG's, dentre outros parceiros.

4.3. Os centros de ensino podem conseguir junto às Secretarias e ao Conselho de Educação Estadual para o credenciamento da instituição o reconhecimento dos cursos ofertados. Devendo cada centro organizar-se de acordo com as solicitações exigidas.

4.3.1 As Secretarias de Segurança Pública Estaduais deverão estimular a participação dos professores em programas de especialização, mestrados e doutorados com o objetivo de atender as exigências estabelecidas para o credenciamento da instituição e o reconhecimento dos cursos pretendidos.

4.4. Devem ser observadas as condições físicas favoráveis ao ensino, principalmente com relação ao número de alunos em sala de aula. A relação ideal apontada por muitas secretarias de educação tem como parâmetro 1m2 por aluno e 40 alunos por turma.

4.4.1. Nas atividades práticas deverá ser observada a distribuição do número de alunos por professor. Caso seja necessário deverão ser organizados grupos por monitores, sendo recomendado 10 alunos(as) por 1 monitor, ou o rodízio dos alunos(as) na atividade.

As diretrizes que compõem este documento devem orientar todos os projetos, na área de ensino, a serem encaminhados à SENASP no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública.

Doc 3 - Núcleo comum básico – Malha curricular de disciplinas para os currículos e programas das atividades formativas da área de Segurança Pública e as ementas das disciplinas que à compõem.

O processo de Construção Malha Curricular

Como destacado nas diretrizes apresentadas acima, o núcleo comum, recomendado pelo Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, de acordo com o documento da Matriz Curricular Nacional, é composto por disciplinas que congreguem conteúdos **conceituais**, **procedimentais** e **atitudeis**, cujo objetivo é a garantia de unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública.

A construção da malha curricular do núcleo comum considerou as especificações dos quadros de profissionais da área de Segurança Pública descritos na Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho (<http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp>).

Complementando a visão

Após ser analisada a Classificação Brasileira de Ocupações o grupo de trabalho teve que lidar com dois desafios:

Primeiro – A Classificação enfoca muito bem as habilidades técnicas, as atividades a serem realizadas pelos profissionais de segurança pública e as competências pessoais, mas não fornece referenciais para o profissional pensar seu papel como sujeito social e político no espaço que ocupa.

Segundo - Analisando as ocupações dos policiais e dos bombeiros, foi possível perceber o quanto ambas são distintas em sua natureza.

Diante do desafio encontrado, estabelecer um núcleo de disciplinas comuns que atendesse as atividades formativas dos profissionais da área de segurança pública com foco na matriz curricular, o grupo estabeleceu que as disciplinas do núcleo comum deveriam ser norteadas pelas seguintes demandas:

- A Segurança Pública, sua retrospectiva histórica e seu papel nos dias de hoje;
- Os desafios e os novos temas relacionados a Segurança Pública hoje;
- O profissional da área de Segurança Pública e o seu papel como protagonista social na construção de uma sociedade mais justa e humanitária;

As diferenciações que distinguem a natureza de suas atividades deverão ser abordadas na parte específica do currículo.

A partir deste ponto o grupo de trabalho organizou a descrição das competências profissionais.

Competências

Competência é entendida como a capacidade de mobilizar saberes para agir nas diferentes situações da prática profissional, em que as reflexões antes, durante e após a ação estimulem a “autonomia intelectual”, traduzida por ALTET (1992) como a capacidade de “agir em situações diferentes, de gerir incertezas e poder enfrentar as mudanças no exercício de sua profissão”.

Competências Cognitivas: São competências que requerem o desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do

conhecimento. Habilita o indivíduo a pensar de forma crítica e criativa, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações.

Competências Atitudinais: São competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais: conscientização de sua pessoa e da interação com o grupo. Capacidade de conviver em diferentes ambientes: familiar, profissional e social.

Competências Operativas: São as competências que prevêm a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente.

As competências devem ser desdobradas em conhecimentos, habilidades e atitudes, favorecendo a identificação de conteúdos conceituais (Leis, teorias e princípios), conteúdos procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais, traduzidas em métodos, técnicas e procedimentos) e conteúdos atitudinais (valores, crenças, atitudes e normas).

É importante ressaltar que estas competências possuem uma relação estreita com os eixos ético, legal e técnico presentes na formação policial propostos por Balestreri (1998) e com os Quatro Pilares da Educação (UNESCO), conforme mostra o quadro a seguir:

Eixos da formação policial	Quatro Pilares da Educação	Conjunto de Competências	Conteúdos
Legal	Aprender a Pensar	Cognitivas Conhecimento	Conceituais
Técnico	Aprender a Atuar	Operativas Habilidades	Procedimentais
Ético	Aprender a Ser/Conviver	Atitudinais Atitudes	Atitudinais

Mapa de Competências dos Profissionais de Segurança Pública elaborado pelo Grupo de trabalho com base na Classificação Brasileira de Ocupações

Competências Cognitivas	Competências Operativas	Competências Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> - Analisar cenários que possibilitem compreender a realidade brasileira em relação à criminalidade, a violência e a necessidade da prevenção. - Descrever o sistema de Segurança Pública. - Compreender a necessidade de uma gestão integrada e comunitária do sistema de segurança Pública. - Descrever o papel da instituição a que pertence dentro do sistema de segurança pública. - Estabelecer um panorama sobre o sistema jurídico vigente no país, essencialmente no que é pertinente aos ramos do direito aplicáveis à atuação do profissional de segurança pública. - Relacionar a utilização da força e da arma de fogo aos princípios de legalidade, necessidade e proporcionalidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proteger pessoas - Demonstrar controle emocional. - Demonstrar segurança. - Manusear armas letais e não-letais. - Dominar técnicas de autodefesa. - Dominar técnicas de primeiros socorros. - Transmitir mensagens via rádio. - Selecionar equipamento de acordo com o tipo de ocorrência. - Usar equipamento de proteção individual. - Manejar equipamentos - Resistir à fadiga psicofísica. - Praticar exercícios físicos. - Manter condicionamento físico. - Relacionar-se com a comunidade. - Prestar serviços assistenciais à comunidade. - Trabalhar em equipe e múltiplas equipes ao mesmo tempo. - Levantar informações sobre o local da ocorrência. - Isolar local. - Prever socorro de vítimas. - Tirar informações sobre a ocorrência. - Entrevistar pessoas. - Arrolar testemunhas. - Conduzir à autoridade policial as partes envolvidas no crime. - Elaborar documentos pertinentes à ocorrência. - Elaborar relatórios; - Cumprir determinações judiciais - Produzir estatística 	<ul style="list-style-type: none"> - Manter-se atualizado. - Manter ética profissional. - Cumprir normas e regulamentos internos. - Agir com civilidade e respeito. - Demonstrar desenvoltura. - Demonstrar criatividade. - Demonstrar paciência. - Demonstrar perspicácia. - Demonstrar coragem. - Demonstrar disciplina. - Manter boa apresentação. - Demonstrar firmeza de caráter. - Agir com bom senso - Agir discretamente - Agir com iniciativa - Agir imparcialidade

Com este material na mão, o grupo de trabalho elaborou a primeira versão da malha curricular, mapeando também as competências (cognitivas, operativas e atitudinais) para cada uma das disciplinas propostas.

Malha curricular

Termo que vem sendo utilizado para substituir grade curricular. Na palavra “malha” está contida a representação das disciplinas dispostas sobre algo flexível e maleável que possibilita diversas articulações entre elas.

A partir daí, abarcou a contribuição de inúmeros profissionais da área de segurança pública, que se reuniram em reuniões técnicas, ambientes virtuais e encontros presenciais para aprovação, desenvolvimento e finalização da malha curricular, verificação dos mapas de competência e elaboração das ementas de cada disciplina.

A versão final da malha curricular é composta pelas seguintes disciplinas.

Áreas Temáticas da Matriz		Disciplinas	Percentual da Carga horária
I	Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública	Sistema de Segurança Pública no Brasil	7%
		Fundamentos de Gestão Pública	7%
		Fundamentos de Gestão Integrada e Comunitária	7%
II	Violência, Crimes e Controle Social	Abordagem sócio-psicológica da violência e do crime	7%
		Criminologia aplicada à Segurança Pública	7%
		Análise de Cenários e Riscos	5%
III	Cultura e Conhecimento Jurídico	Direitos Humanos	6%
		Fundamentos dos Conhecimentos Jurídicos	7%
IV	Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos	Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	6%
V	Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador	Relações Humanas	6%
		Saúde e Segurança aplicada ao trabalho	5%
VI	Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública	Língua e Comunicação	5%
		Telecomunicações	5%
		Sistemas Informatizados	5%

		Gestão da Informação	7%
VII	Cotidiano e Prática Reflexiva ²	Ética e Cidadania	5%
VIII	Funções, Técnicas e Procedimentos em Segurança Pública	Preservação e Valorização da Prova	5%
		Primeiros Socorros	5%
		Uso da Força	7%

Vale observar que não há especificação em relação ao número de horas para cada disciplina. Entretanto, como sugestão de um dos participantes foi adotada uma porcentagem destinada a cada disciplina que deve ser calculada em relação ao número de total de horas destinadas aos currículos.

Para que esta porcentagem não fosse obtida aleatoriamente, baseou-se no princípio contido na Lei de Extrema e Média Razão - também denominada seção áurea ou ponto de ouro -, pautada no proporcionalismo, na aceitação de diferenças tidas como proporcionais, complementares, eqüitativas e harmônicas. Segundo esta regra o ponto de proporção "mais adequado" está compreendido entre o intervalo da extrema e média razão, ou seja, entre pontos de intervalo que vão de 62% e 38%. Assim, todas os valores que se aproximem destes pontos estão proporcionalmente equilibradas. A diferença entre os pontos extremos não pode ultrapassar um intervalo de 24%.

Para aplicação da regra foi realizada uma outra leitura da malha curricular que possibilitou dispor as disciplinas de acordo com as dimensões dos conhecimentos que estão mais afetadas. Assim temos três grupos de disciplinas:

Disciplinas Pautadas na dimensão conceitual	Disciplinas Pautadas na dimensão procedimental	Disciplinas Pautadas na dimensão atitudinal
Abordagem sócio-psicológica da violência e do crime	Língua e Comunicação	Ética e Cidadania
Criminologia aplicada à Segurança Pública	Telecomunicações	Relações Humanas
Fundamentos de Gestão Integrada e Comunitária	Sistemas Informatizados	Saúde e Segurança aplicada ao trabalho
Sistema de Segurança Pública no Brasil	Preservação e Valorização da Prova	Direitos Humanos
Fundamentos de Gestão Pública	Primeiros Socorros	
Fundamentos dos Conhecimentos Jurídicos	Análise de Cenários e Riscos	
Gestão da Informação	Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	
	Uso da força	
35%	43%	22%

²Além da disciplina Ética e Cidadania, esta área destina-se ao trabalho de outras práticas possíveis que favoreçam a reflexão sobre/e na realidade. Esta também associada ao período de estágio supervisionado, onde deverão ser incluídas atividades que possibilitem a reflexão sobre a prática. Para o Núcleo Comum caberiam estudos de caso, visitas, vídeo formação, resolução de problemas, dentre outros métodos e técnicas que devem estar presentes nas estratégias de ensino de cada uma das disciplinas.

Considerando o número de disciplinas em cada dimensão procurou-se respeitar intervalos diferenciais que não ultrapassem 24% de diferença entre as partes. Aplicando esta regra à grade, obteve-se a porcentagem para cada disciplina.

Recomenda-se que a malha curricular possa corresponder de 40% à 25% do número de horas aulas total do currículo.

Exemplo: Em um currículo onde foram destinadas 390 horas para o núcleo comum, você tem os seguintes resultados para as disciplinas:

Disciplinas com 7% terão aproximadamente 27 h/ aulas

Disciplinas com 6% terão aproximadamente 23 h/aulas

Disciplinas com 5% terão aproximadamente 19 h/aulas

Ementas das Disciplinas

As ementas das disciplinas do núcleo comum foram elaboradas por profissionais da área de segurança pública indicados pela Unidade Federativa para um processo de seleção com base numa ficha cadastral e um sistema de pontuação.

O processo de elaboração foi feito primeiramente em um ambiente virtual e num segundo momento presencial, segundo a orientação a seguir:

Orientação para elaboração da ementa da disciplina³

O que é a Ementa da disciplina?

As Ementas das Disciplinas, que compõem o núcleo comum da grade de disciplina da Matriz Curricular, é o documento que tem por objetivo subsidiar a prática pedagógica dos docentes envolvidos diretamente nas ações formativas dos profissionais da área de segurança pública, favorecendo a unidade de pensamento e ação desses profissionais.

Quais os aspectos a serem observados na elaboração do texto final?

- Todos os componentes das ementas das disciplinas devem estar focados no público-alvo, ou seja, policiais militares, policiais civis e Bombeiros;
- Clareza de linguagem;

³ Adaptado das Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança Pública – Ministério da Justiça (2000) e do Currículo dos Cursos de Formação da Academia Nacional de Polícia (2004), para fins metodológicos.

- Coerência em relação as orientações da Matriz Curricular Nacional e em relação as Diretrizes para as atividades formativas dos profissionais da área de segurança pública no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP;
- Foco nos conteúdos –essenciais- pautados na listagem de conteúdos (documento 2) previamente elaborada – não haverá indicação de carga horária;
- Congruência entre as partes que compõem o documento. Ex: Se queremos privilegiar o exercício das habilidades mentais: observar, refletir, analisar (...) temos que pensar uma metodologia que favoreça este exercício.

Modelo

Ementa da Disciplina _____

1. Nome da disciplina

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

- Histórico da disciplina contendo uma relação com o contexto atual;
- Diferentes abordagens teóricas sobre a disciplina, se houver, destacando a que será considerada;
- Problemáticas que a disciplina visa levantar/responder;
- Importância do seu estudo para a formação do profissional da área de segurança pública.
-

b) Objetivo geral da disciplina

Dentro de um enfoque voltado para a aprendizagem, o papel do professor é de um facilitador (articulador, mediador, tutor), seu papel é o de “criar condições para...”, portanto o objetivo da disciplina deve conter verbos de ação que permitam visualizar o comportamento que se espera do aluno ao final da disciplina.

Os objetivos deverão ser descritos obedecendo-se às dimensões do conhecimento:

- SABER (Conhecimentos) – Expressam os conteúdos conceituais que o profissional de segurança pública deve saber em relação ao campo disciplinar: leis, princípios e saberes sistematizados.

- SABER FAZER (Habilidades e conteúdos procedimentais) – Indicam as habilidades operativas e de pensamento que o profissional de segurança pública precisa demonstrar em relação ao campo disciplinar: métodos, técnicas, procedimentos, bem como as habilidades de pensamento: observação, análise, síntese ...
- SABER SER (Atitudes) – Expressam os conteúdos atitudinais - os valores, as crenças, as atitudes etc - que serão fortalecidas pelas situações vivenciadas dentro do campo disciplinar em questão.

A redação final dos objetivos da disciplina deverá ser assim:

- Ampliar conhecimentos para...
 - o Conceituar...
 - o Listar...
- Exercitar/desenvolver habilidades para...
 - o Utilizar...
 - o Aplicar...
 - o Identificar...
- Fortalecer atitudes para...
 - o Demonstrar...
 - o Defender...
 - o Decidir...
 - o Escolher...

**Os verbos
apresentados são
apenas exemplos.**

c) Conteúdos

Os conteúdos não devem ser considerados um fim em si mesmo, mais ferramentas que possibilitam refletir, intencionalmente, sobre a prática do profissional da área de segurança pública e as possibilidades de intervenção na realidade.

Os conteúdos a serem descritos devem ter como foco o que o profissional da área de segurança pública, **essencialmente**, precisa saber em relação aquele campo disciplinar.

d) Estratégias de Ensino

Descrever as estratégias de ensino que considerem imprescindíveis para possibilitar o alcance dos objetivos. De acordo com a linha teórico-metodológica contemplada na Matriz Curricular Nacional, devem ser privilegiados métodos e técnicas coerentes com o ensino ativo (situações-problema, estudos de caso, *role playing*, demonstrações, etc.) adequados aos objetivos da disciplina.

e) Avaliação da aprendizagem

Neste item deverão ser descritos os aspectos que deverão ser observados durante a execução da disciplina e que facilite o docente a dar feedback sobre o desempenho do aluno, proporcionando que o mesmo reflita sobre a ação realizada.

f) Referências Bibliográficas

Referências bibliográficas de livros, artigos e outros documentos que fundamentem os conteúdos a serem estudados, as estratégias de ensino e a avaliação da aprendizagem, servindo de referenciais para a prática de ensino. Seguir padrão ABNT:

ÚLTIMO SOBRENOME DO AUTOR (em caixa alta) [VÍRGULA], Prenome do autor seguido dos outros Sobrenomes (caixa alta e baixa) [PONTO] **Título da obra** (em negrito e conforme a disposição na fonte) [PONTO] Cidade de publicação (caixa alta e baixa) [DOIS PONTOS] Editora (conforme disposição na fonte) [VÍRGULA] ano de publicação (em algarismos arábicos) [PONTO FINAL]

Exemplo:

HERKENHOFF, João Baptista. **Para gostar do Direito. São Paulo: Acadêmica, 1995.**

Na dúvida consulte o site:

<http://www.ufrgs.br/faced/setores/biblioteca/referencias.html>.

Este site contém todas as orientações para se elaborar referências bibliográficas.

Veja a seguir como ficou a versão das ementas elaboradas.

EMENTAS

Área temática I

Sistemas, Instituições e Gestão Integrada em Segurança Pública

Disciplina: Sistema de Segurança Pública no Brasil

1. Mapa de competências da disciplina

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">- Abordagem histórica e cultural das instituições de segurança pública- Funções de Preservação do Estado Democrático de Direito- Agentes de segurança pública como profissão- Estrutura organizacional e funcional- SUSP- Formulação, implantação, avaliação e acompanhamento de políticas públicas- Atribuições das instituições de segurança pública- Controle Democrático Interno e externo das instituições e do profissional da área de Segurança Pública- Conceitos de territorialização e área de abrangência de outras instituições- Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal- Mudanças e Novos desafios: segurança local e global	<ul style="list-style-type: none">- Solução de problemas em equipe- Análise crítica das políticas públicas, funções e atribuições- Pensamento crítico sobre seus compromissos e responsabilidades como cidadão e profissional	<ul style="list-style-type: none">- Visão sistêmica e compartilhada- Senso de Interdependência, autonomia- Trabalho de forma cooperativa e colaborativa- Ética- Alinhamento com a missão constitucional- Comprometimento com a organização e com a carreira no contexto global- Reconhecimento dos limites e das possibilidades/ legitimidade na prática de seus atos- Curiosidade intelectual- Valorização do espaço de atuação

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

Muitos autores apontam para a necessidade de uma visão sistêmica da segurança pública, o que também foi reforçado pelo governo federal passado e pelo governo atual, tendo em vista que ambos editaram planos específicos para a área da segurança pública.

Além disso, dentre as várias abordagens teóricas das organizações que permite tratar as questões de segurança, criminalidade e violência, a abordagem sistêmica, que descreve a segurança pública como um sistema de estruturas interligadas, com um certo nível de autonomia é a que mais se aproxima do que se deseja desenvolver na área da segurança pública.

Sendo assim, é de crucial importância que o profissional de segurança pública possua a visão sistêmica da sua profissão, assumindo assim um comprometimento mais amplo, abrangendo não só as ações do órgão em que atua, mas este papel conectado com todo o sistema social onde atua.

b) Objetivo da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para:**
- Compreender a visão sistêmica da segurança pública, as instituições, os profissionais e as políticas e as ações votadas para a sociedade e o cidadão, mediante o estudo dos seus antecedentes históricos e da análise de cenários e perspectivas.

- **Exercitar habilidades para:**
- Mapear, analisar e opinar sobre as políticas públicas e

planejamento na área de segurança pública;

- **Fortalecer atitudes para:**
- Reconhecer a importância de formulação de políticas públicas e da elaboração de planejamento na área de segurança pública.

c) Conteúdos

- Antecedentes Históricos e Culturais
 - Abordagem histórica e cultural das instituições de segurança pública no mundo e no Brasil;
 - Modelos de segurança pública;
 - Funções de Preservação do Estado Democrático de Direito;
 - Segurança pública como profissão;
 - Planos de Segurança Pública
 - Estrutura organizacional e funcional.

- Conceitos básicos
 - Abordagem sistêmica;
 - Atribuições das instituições de segurança pública;
 - Controle Democrático Interno e externo das instituições de Segurança Pública;
 - Conceitos de territorialização e área de abrangência de outras instituições.
 - Políticas Públicas: formulação, implantação, avaliação e acompanhamento

- Análise de Cenários e Perspectivas
 - Mudanças e Novos desafios: segurança global e local;
 - Relação entre o sistema de segurança pública e o sistema de justiça criminal.

- Planejamento

- Planejamento sistêmico;
- Execução de ações de segurança segundo a abordagem sistêmica;
- Análise das ações de segurança segundo a abordagem sistêmica.

d) Estratégias de Ensino

- Leitura de livros e textos pertinentes a questão
- Pesquisa na Internet e outras fontes sobre modelos de Segurança Pública
- Pesquisa e análise de políticas e planos na área de segurança
- Seminários elaborados pelos alunos
- Estudo dirigido
- Estudo de caso.

e) Avaliação da aprendizagem

- Auto-avaliação.
- Avaliação escrita.
- Avaliação realizada antes do final da carga-horária, para que possam ser abordados novamente os pontos onde os alunos não demonstrarem um bom nível de entendimento.

f) Referências Bibliográficas

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. Tradução de René Alexandre Belmonte. São Paulo: EDUSP, 2001.

BRETAS, Marcos Luiz. **Observação sobre a falência dos modelos policiais**. In: Tempo Social; Revista de sociologia da USP, São Paulo, 9(1): pp. 79-94, maio 1997.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia; textos de Carlos Magno Nazareth**

Cerqueira. Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

SILVA, Jorge da. O controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

SOARES, Luiz Eduardo. Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura.** 21ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

Disciplina: Fundamentos da Gestão Pública

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> - Administração Pública: - Aspectos conceituais - Princípios - Administração Pública paradigma burocrático X paradigma gerencial - Instrumentos de Gestão Pública - Gestão Financeira e orçamentária - Gestão de Pessoal - Gestão de processo - Sistema de controle da Administração Pública 	<ul style="list-style-type: none"> - Competências e habilidades gerenciais que facilitem a tomada de decisão no seu nível funcional - Identificação dos fatores que contribuem para a qualidade dos serviços prestados 	<ul style="list-style-type: none"> - Visão sistêmica da administração pública - Atenção prioritária ao cidadão e à sociedade - Consciência da importância de seu papel como agente da Administração Pública - Valorização das pessoas não as tratando diferenciadamente restringindo apenas aos casos previstos em lei - Reconhecimento de valores que contribuem para o atendimento de qualidade: cortesia, rapidez, atendimento, confiabilidade e conforto

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

Nas últimas décadas vem crescendo nas sociedades democráticas de economias avançadas e emergentes a demanda pelo melhor uso possível dos recursos arrecadados pelo governo e a prestação de serviços públicos de qualidade para atendimento das demandas sociais. Surge assim, uma Administração Pública gerencial voltada para o cidadão, buscando padrões otimizados de eficiência e eficácia numa gestão pública por resultados, orientada por processos de avaliação contínua e de legitimação pela sociedade.

O cidadão, cada vez mais consciente de seus direitos, inserido agora em um contexto democrático, passa a exigir que suas demandas sejam atendidas de maneira eficaz, eficiente e efetiva, aliando rapidez na prestação dos serviços públicos, economicidade nas ações, transparência da gestão e prestação de contas sobre os atos dos gestores.

Frente a esta nova demanda por serviços públicos de qualidade, a Administração Pública vê-se diante de um ponto de inflexão: ou abdica da responsabilidade de oferecer aos cidadãos os serviços necessários e, assim, de receber, por meio de tributos arrecadados, os valores correspondentes a estes; ou qualifica seus profissionais para que se alinhem com a nova ordem estabelecida – realizar mais por menos, mais rápido e melhor. A segunda hipótese se apresenta como a única aceitável do ponto de vista ético e institucional por parte da Administração.

A formação dos profissionais da área da segurança pública visa a responder às deficiências teóricas e técnicas desse profissional, de modo a torná-lo um profissional multifuncional e multidisciplinar, aliando conhecimentos, habilidades e atitudes em busca de um objetivo único: o cumprimento da missão institucional, dentro dos padrões de cidadania, ética, legalidade, moralidade, transparência e accountability, entre outros.

A própria estrutura orgânica e normativa das instituições contemporâneas de segurança pública demonstram a preocupação com o alcance de tal missão institucional, com a criação de uma legislação que dê celeridade à tomada de decisão, em substituição a um modelo tipicamente burocrático, marcado pela inoperância. Somado a isso, a divisão interna em órgãos de atividade finalística e órgãos de apoio logístico são pontos fortes da racionalização das atividades sem a perda de efetividade. É conveniente observar que a área de atividades finalísticas se desdobra em dois campos: o das funções estratégicas e o de funções táticas, traduzindo isso uma bipartição entre o planejamento-suporte estratégico e a execução propriamente dita da atividade típica de defesa social.

A finalidade é valorizar cada elemento organizacional e humano, seja pelo incremento do potencial operativo de cada um, seja pela melhor apuração das competências e funções atribuídas a eles: profissionais ou instituições.

Toda esta racionalidade traz definições muito firmes para o decurso eficiente do caminho procedimental dos serviços administrativos e os estritamente policiais, dando-lhes consistência e interatividade.

A estrutura conceptual da área de atividades finalísticas, com seus órgãos e unidades de funções estratégicas e táticas, deve conceber um sistema tecnicamente íntegro, bem amarrado e construído de modo a encurtar não só o processo decisório, como também apto a positivar a harmonia técnico-científica de todo o complexo organizacional.

Todo esse sistema deve estar voltado para a construção dinâmica da política de formação, aprimoramento profissional, pesquisa e normalização técnico-científica, além da captação, análise e difusão de dados e conhecimentos do cotidiano referente a todos os passos do ciclo e da ação dos profissionais da área de segurança pública e os cenários criminais no tempo e no espaço, com ênfase na permanente avaliação de qualidade dos processos produtivos.

As organizações policiais precisam adotar rotinas de inovação científica no processo de produção de seus serviços. Isso exige não apenas a superação de hábitos organizacionais, como também a própria evolução do modelo de carreiras, na descrição de suas funções, sobretudo no que se refere ao modo como se articulam na busca da descrição transparente dos cenários conflitivos. O profissional da área de segurança pública é, antes de tudo, um cidadão cuja missão requer equilíbrio moral e competência técnica.

b) Objetivo da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para:**
- Compreender o modelo de administração voltado para o desempenho das funções gerenciais e técnico-administrativas, com foco em resultados.

- **Desenvolver e exercitar habilidades para:**
- Utilizar ferramentas e instrumentos de gestão para mediar

as ações decorrentes do contato direto com as demandas reais da sociedade e do cidadão.

- **Fortalecer atitudes para:**
- Cumprir a missão institucional, dentro dos padrões de cidadania, ética, legalidade, moralidade, transparência e accountability, entre outros pertinentes ação profissional, dentro de um Estado Democrático de Direito.

c) Conteúdos

- Introdução aos Fundamentos da Gestão Pública

Princípios da Administração Pública; Diferenciação entre Administração Pública e Administração Privada; Fundamentos gerenciais; Conceitos gerais de políticas públicas; Processo de formulação e implementação de políticas públicas; Acompanhamento, avaliação e controle de resultados;

- Planejamento do Setor Público

Conceitos básicos: organização, ambientes, cenários, funções administrativas, racionalização, visão sistêmica, gestão estratégica e participativa, planejamento no setor público.

- Elaboração e Gestão de Projetos

Introdução ao Estudo de Projetos; O Planejamento e o Projeto; A preparação do Projeto e suas Etapas; A Avaliação do Projeto; Projetos: Viabilidade Econômica.

- Ferramentas de Modernização do Setor Público

Ferramentas gerenciais; Tendências conceituais sobre gestão de Banco de Dados para o setor público; Gestão de clima organizacional, Indicadores de desempenho; Avaliação de desempenho individual e institucional; Avaliação das políticas públicas; Construção de indicadores.

- Orçamento Público

Planejamento: Plano Plurianual de Ação Governamental; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Execução Orçamentária; Receita e despesa públicas; Orçamento tradicional X Orçamento programa; Prestações de contas e relatórios de gestão.

d) Estratégias de Ensino-Aprendizagem

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- Estudo de textos pertinentes aos temas;
- Pesquisa na Internet para investigar boas práticas de gestão;
- Discussão em grupo sobre os temas;
- Estudo de casos;
- Exercícios práticos.

e) Avaliação

- Avaliação escrita.
- Avaliação realizada antes do final da carga-horária, para que possam ser abordados novamente os pontos onde os alunos não demonstrarem um bom nível de entendimento.

f) Referências Bibliográficas

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser e SPINK, Peter. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. (Coletânea)

CHIAVENATO, Idalberto. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

TROSA, Sylvie. **Gestão Pública por resultados**. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.

ALECIAN, Serge e FOUCHER Dominique. **Guia de gerenciamento do setor público**. Brasília. ENAP/Editora Revan, 2001.

Legislação de apoio sugerida:

República Federativa do Brasil: Decreto nº 3.507 de 13 de junho de 2000. "Dispõe sobre estabelecimento de padrões de qualidade do atendimento prestado aos cidadãos [...]"

g) Referências na WEB:

- Ministério do Planejamento: www.planejamento.gov.br
- Programa Nacional de Desburocratização: www.d.gov.br
- Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento: www.gestaopublica.gov.br
- Escola Nacional de Administração Pública: www.enap.gov.br/
- Programa Qualidade no Serviço Público: www.qualidade.planejamento.gov.br
- Sistema de Melhoria e Avaliação da Gestão Pública: www.aplicativos.planejamento.gov.br
- Fundação Prêmio Nacional da Qualidade: www.fpnq.org.br
- Fundação de Desenvolvimento Gerencial: www.fdg.org.br
- Portal Gestão Pública: www.gespublica.gov.br

Disciplina: Fundamentos de Gestão Integrada e Comunitária

Sujeita a avaliação

1. Mapa de competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">- Características e exigências da sociedade contemporânea- Políticas públicas de segurança como vetores sociais da mudança- Fundamentos da Gestão Integrada e da gestão comunitária- Redes sociais para busca de solução de problemas na área de segurança- Aspectos básicos:	<ul style="list-style-type: none">- Formular ações de Segurança pública orientada por problemas- Elaboração de Diagnóstico situacional de forma participativa com instituições, conselhos paritários e representantes da comunidade;- Participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das ações	<ul style="list-style-type: none">- Fortalecer alianças e parcerias;- Interação com a comunidade- Postura proativa- Ser vetor social de mudança- Priorização dos problemas de SP da população de sua circunscrição (micro-área), segundo critérios estabelecidos pelas

<p>planejamento, acompanhamento e avaliação cooperativa e colaborativa</p> <ul style="list-style-type: none"> - Experiências nacionais e internacionais bem sucedidas de gestão integrada e de gestão comunitária na área de segurança pública 	<p>locais de Segurança Pública</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação em reuniões produtivas com instituições, conselhos paritários e representantes da comunidade. - Avaliar os planos e as ações colocadas em prática 	<p>secretarias de segurança e pela população</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação Integrada e Comunitária - Cooperação e colaboração
---	--	---

2- Descrição da Disciplina:

Dentre as exigências da sociedade contemporânea destacam-se, não somente a integração das ações dos órgãos que compõem o sistema de segurança pública, mas também a articulação das forças sociais (setores públicos, organismos internacionais, instituições, organizações, entidades de classe, comunidades...) em prol de projetos e ações que venham responder as demandas sociais.

Alguns autores contemporâneos destacam a necessidade de uma estrutura diferenciada na busca dessas soluções, e apontam a criação de "redes" como uma alternativa viável para que estas forças sociais possam ser articuladas de forma integrada e colaborativa.

Neste contexto as instituições de segurança pública, representantes do Estado, são consideradas peças chaves nas redes a serem formadas, principalmente no âmbito comunitário, pois conhecem e lidam com a dinâmica e a complexidade da realidade.

Cabe destacar, que dá mesma forma que os profissionais de segurança pública podem cooperar e colaborar com outros setores da sociedade, mediante o conhecimento que possuem sobre a realidade; podem também, aproveitar as possibilidades de articulação em rede para promoverem a busca de solução - de forma participativa e integrada - para problemas que afetam a segurança pública, mas que não necessariamente são criminais.

Dentre as metodologias que possam ser utilizadas para impulsionarem a busca e implementação de soluções integradas e comunitárias no âmbito da Segurança Pública destacam-se as orientadas por problemas (identificação do problema, análise do problema, planejamento da intervenção e avaliação das ações realizadas)

Compreender a realidade, a utilizar estas metodologias para intervir no que for necessário de forma participativa, fará diferença na atuação do profissional da área de Segurança Pública.

b) Objetivos da disciplina:

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para:**
 - Identificar os fundamentos de gestão integrada e comunitária, bem como as diversas formas existentes dessa gestão no sistema de segurança pública.

- **Desenvolver e exercitar habilidades para:**
 - Utilizar metodologias orientadas por problemas para Identificar problemas, propor estratégias de intervenções e estabelecer critérios para avaliação da intervenção.

- **Fortalecer atitudes para:**
 - Atuar de forma colaborativa e cooperativa no planejamento de ações integradas e comunitárias

c) Conteúdo:

- Características e exigências da sociedade contemporânea
- Histórico das relações entre os setores da sociedade
- Conceitos de rede
- Fundamentos e Princípios da gestão integrada e comunitária

- Mecanismos do Estado que favorecem a implantação da gestão integrada e comunitária no âmbito da segurança pública
- Metodologias para busca de soluções orientadas por problemas aplicadas a segurança pública
- Técnicas que favorecem a participação e mobilização da comunidade
- Experiências de gestão integrada e comunitária na área de segurança pública internacional e nacional
- A Polícia Comunitária como filosofia de um trabalho integrado

d) Estratégias de Ensino:

- Exposições dialogadas;
- Estudos de caso;
- Simulações de reuniões participativas;
- Exercícios práticos sobre a metodologia orientada por problemas;
- Uso de filmes e vídeos;
- Pesquisa de campo;
- Visitas a unidades que executam a Gestão Integrada e Comunitária.

e) Avaliação da aprendizagem:

Avaliação contínua e processual durante os encontros através da participação ativa dos alunos em sala; trabalho realizado após pesquisa de campo; e/ou prova escrita.

f) Referências Bibliográficas:

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. Policiamento comunitário: como começar. 2. ed. São Paulo: Polícia Militar do Estado de São Paulo, 1999.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Ação e estratégia das organizações policiais. In: Seminário Polícia e Sociedade Democrática. Rio de Janeiro, 1999.

Gestão Participativa: experiências inovadoras estadual com ênfase na participação dos servidores. São Paulo

g) Referências na WEB

Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP

Pesquisas aplicadas, estatísticas, treinamentos, biblioteca...

<http://www.mj.gov.br/senasp/>

Apresentação da SENASP sobre Política Nacional de Segurança Pública(Power Point)

<http://www.mj.gov.br/senasp/biblioteca/artigos/encontro/Palestras/6>

Revista Espaço Acadêmico sobre integração comunitária

<http://www.espacoacademico.com.br/024/24cfelix.htm>

Área Temática II

Violência, Crimes e Controle Social

Disciplina: Abordagem sócio-psicológica da violência e do crime

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">- Conceitos de violência e de crime em seus vários aspectos- Aspectos sócio-psicológicos da violência- Principais fatores (sociais e psicológicos), considerando os vários grupos sociais, em especial aqueles mais vulneráveis- Mediações e contradições existentes entre as questões sociais e os fenômenos da violência- Influência da mídia no	<ul style="list-style-type: none">- Compreensão das manifestações da violência- Tomada de decisão de acordo com o cenário- Planejamento de ações de prevenção e contenção da violência baseadas em informações científicas- Estabelecimento de estratégias de mediação a partir da análise das contradições	<ul style="list-style-type: none">- Segurança e Equilíbrio na Prevenção e contenção dos fenômenos violentos- Desconstrução dos mitos sobre a violência

imaginário social		
-------------------	--	--

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

Já há algum tempo, esforços de pesquisa, tanto na área da sociologia quanto da história, vêm se voltando para o estudo da criminalidade e da violência, buscando elucidar o fenômeno em termos de suas variações no tempo em relação as estruturas e processos mais amplos e de longa duração. De um modo geral, as mudanças históricas acentuadas nos padrões de violência estariam relacionados a duas alterações de longo curso: as profundas mudanças culturais que modelam a sociedade moderna e, processo concomitante, a expansão do Estado moderno e seus aparatos de vigilância e controle social. De sorte que, poucos problemas sociais mobilizam tanto a opinião pública como a criminalidade e a violência nos dias atuais, pois afetam toda a população, independentemente de classe, raça, credo religioso, sexo ou estado civil. São conseqüências que se repercutem tanto no imaginário cotidiano das pessoas, como nas cifras extraordinárias a respeito dos custos diretos da criminalidade violenta.

Indispensável conhecer os modelos teóricos que abordam os eventos de crimes, nos seus três níveis de análise: individual, micro e macro-estruturais. O nível individual enfoca o princípio da escolha racional onde ele pondera sobre custos e benefícios de ações criminosas. O nível micro enfoca os processos de socialização, aprendizado e de introjeção de auto-controle produzidos pelos grupos de referência. O nível macro-estrutural enfatiza os conflitos econômicos, os conflitos morais e culturais, a pressão pela aquisição de bens e a desigualdade de oportunidade.

Atualmente, as teorias científicas sobre a violência e a criminalidade são utilizadas para a compreensão e investigação do fenômeno criminoso, indagando o porque determinadas pessoas são tratadas como criminosas; vislumbrando o predomínio dos elementos sociais e situacionais sobre a personalidade, orientando na formulação de políticas públicas.

b) Objetivo da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para:**
- Compreender o fenômeno da violência e do crime à partir de uma prévia visão do homem e da sociedade, vislumbrando o predomínio dos elementos sociais e situacionais sobre a personalidade.
- **Desenvolver e exercitar habilidades para:**
- Discutir as variáveis e os pressupostos dos diferentes modelos teóricos que abordam a violência e os eventos do crime, bem como as formas de intervenção nas ações de Segurança Pública.
- **Fortalecer atitudes para:**
- Refletir sobre os fatores e situações inerentes a violência e a criminalidade de acordo com o espaço público de sua atuação.

c) Conteúdo

- Introdução ao estudo da Sociologia da Violência e Criminalidade
- Tipos de violência
- O Crime como problema social e suas raízes históricas
- O Crime como problema sociológico: Modelos Teóricos

- A condição humana e seu componente de agressividade;
- Comportamentos Psicopatológicos
- Violência, Criminalidade e o papel da mídia .

d) Estratégias de Ensino- Aprendizagem

- Aulas expositivas dialogadas com apoio de audiovisuais;
- Projeção de vídeos e outras mídias;
- Estudo de textos de normas internacionais e nacionais, artigos de jornais, Internet, reportagens da imprensa em geral;
- Estudo de casos e convidados especiais do campo da sociologia do crime.

e) Avaliação de Aprendizagem

Debates em grupo. Redação de textos referentes a tópicos da temática. Avaliação escrita.

f) Referências Bibliográficas

FERRACUTI, Franco & Wolfgang M. E. **O Comportamento Agressivo Violento como Fenômeno Sociopsicológico** In Franco Ferracuti. São Paulo: Resenha Universitária, 1975.

QUINNEY, Richard. **O Controle do Crime na Sociedade Capitalista: uma Filosofia Crítica da Ordem Legal**, in Taylor, Walton e Young. Criminologia Crítica. São Paulo: Graal, 1980.

ADORNO de Lima, S.F. **Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático**. Rio de Janeiro: BIB, 1993.

BRENNER, Charles. **Noções básicas de Psicanálise: Introdução à Psicologia Psicanalística**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

CANO, Ignácio e SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio De Janeiro: 7 letras, 2001.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. Revista Polícia e Sociedade. v.10. São Paulo: EDUSP, 2002.

g) Referências na WEB:

Núcleo de estudos sobre violência.

<http://www.necvu.ifcs.ufrj.br>

Brasil. Guia para a prevenção do crime e da Violência. Brasília: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. SENASP. Disponível em www.mj.gov.br.

Disciplina: Criminologia aplicada à segurança pública

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">- Abordagem histórica- Etiologia do Crime- Características dos crimes mais comuns- Política Criminal, prevenção- Vitimologia e Vitimodogmática	<ul style="list-style-type: none">- Análise da incidência criminal no contexto social- Utilização de técnicas de prevenção e controle- Análise da conduta da vítima no contexto do crime no processo legislativo e no processo penal.	<ul style="list-style-type: none">- Segurança e equilíbrio na prevenção e contenção dos fenômenos violentos e criminosos

2. Descrição da Disciplina

a) Contextualização

A violência é tão antiga quanto à própria humanidade. O delito, em determinado período, chegou a ser identificado com o pecado, época em que o suplício é a ante-sala da pena de morte.

A Criminologia clássica asseverava que o indivíduo agia livremente, pois detentor de livre arbítrio, sendo por isto, inteiramente responsável por seus atos. Com o surgimento do método de investigação positivo, o crime passou a ser objeto de investigação científica, não como ente abstrato, mas sim, no seu aspecto fenomênico, juntamente com o homem delinqüente, agora centro de investigações das ciências criminológicas. Neste clima, nascia a Escola Positiva Italiana e, com ela, a Criminologia científica.

O delito passava a ser concebido como fato real, natural, não derivando seu cometimento de mera contradição imposta pela norma. Sua compreensão e o estudo de suas causas eram inseparáveis do delinqüente. Para o Positivismo criminológico, o estudo do criminoso estava acima do próprio exame do ilícito praticado. A Escola Positivista, no campo científico, fez premente o estudo do delinqüente como possuidor de uma personalidade reveladora de maior ou menor periculosidade, e contra o qual se devia dirigir uma apropriada defesa social, largamente incentivada pelo uso das medidas de segurança, inclusive como substitutas da própria pena.

Os estudos do crime e do criminoso ganham vulto a partir da obra do médico italiano Cesare Lombroso, *L`Uomo Delinqüente*, publicada em 1876, que exibia a figura do "criminoso nato". Desenvolvia-se, assim, a antropologia criminal, mais tarde denominada Criminologia, muito embora o termo tenha sido empregado pela primeira vez na obra de Raffaele Garofalo, em 1885, também de orientação positivista, que preconizava que o indivíduo agia por impulso determinado pela sua compleição anormal, não constituindo o seu agir em manifestação livre de sua vontade.

Muito se passou, e tivemos a Criminologia do início do século XX, com a Escola de Chicago (precursora da teoria Broken Windows, que origina a idéia da "tolerância zero" como neoretributivismo contemporâneo), tivemos as teorias da anomia, da associação diferencial, do colarinho branco, entre tantas. Na década de sessenta, surge em nosso panorama sociocriminal a denominada Criminologia crítica ou nova Criminologia, baseada na teoria do etiquetamento ou *labeling approach*

movimento científico caracterizado não pelo estudo das características do criminoso ou o que leva a delinquir, mas pelos órgãos de controle como responsáveis pela produção normativa e por sua aplicação. Critica ferrenhamente a Criminologia tradicional e questiona, ao invés do “porquê” do crime, a razão da seleção de determinadas condutas criminosas. Desta forma, o foco não se concentra mais nos motivos que levam o agente a delinquir, mas nos critérios utilizados pelos órgãos de controle na seleção dessas condutas⁴.

No âmbito da ciência criminológica, o delinqüente é visto, hoje, como uma pessoa que possui características comuns à maioria da comunidade na qual se insere. É um ser humano do seu tempo, ou seja, influenciado tanto por sua herança genética, como pelo seu entorno. É plenamente suscetível a um incessante e dinâmico processo de interação com os outros indivíduos e o próprio meio em que vive. É, em suma, um ser perfectível, sempre em evolução, que almeja um futuro e pode ultrapassar seus condicionamentos. Sabendo que o ser humano não é apenas um ser biológico, reveste-se de importância o conhecimento de sua história, cultura e experiências, pessoais e coletivas. A Criminologia reúne estes conhecimentos variados objetivando subsidiar dados para uma intervenção positiva no âmbito da segurança pública.

Atualmente, a Criminologia ostenta rigoroso caráter científico e é definida como ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social, e que trata de subministrar uma informação válida sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime – contemplado este como problema individual e como problema social –, assim como sobre os programas de prevenção eficaz do mesmo e técnicas de intervenção positiva no homem delinqüente e nos diversos modelos ou sistemas de resposta ao delito. São estudos que em muito interessam ao campo da segurança pública, compensando o desmedido biologismo positivista que lhe deu origem, interessando-lhe mais prevenir eficazmente o delito, substituindo conceitos meramente repressivos ou então de “tratamento”, pelo de “intervenção”, em consonância com o substrato real, individual e comunitário do fenômeno delitivo.

O indivíduo não é um ser solitário com sua liberdade (como pensavam os clássicos, defensores da tese do livre arbítrio), nem um prisioneiro do seu código genético, nem mesmo um inválido ou vítima da sociedade, mas sim um ente em constante processo de interação

⁴ DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa. Criminologia: o homem delinqüente e a sociedade criminógena. Coimbra: Coimbra, 1984, p. 43.

consigo mesmo e com o meio que o cerca⁵. A vítima também adquiriu um papel relevante no estudo da criminologia, através da vitimologia, entendido como a necessidade de se verificar a “real” função que esta desempenha no decorrer do delito. Este enfoque carrega uma imagem mais real e dinâmica da vítima, de seu comportamento, de suas relações com os demais protagonistas do delito, e da correlação das forças que convergem para o acontecimento criminal. Apesar disso, ela continua esquecida dentro do processo penal brasileiro. Por outro lado, o papel da vítima tem sido utilizada para fomentar verdadeiras “guerras santas” dentro do Direito Penal, o qual não deve ser utilizado para acalmar sentimentos psicossociais ou necessidades de vingança coletiva, o que é estudado através da vitimodogmática.

Sobre a importância do estudo do controle social pela Criminologia há que se verificar vários meios ou sistemas normativos, com distintas estratégias e modalidades de penas. A prevenção eficaz do crime não deve limitar-se tão somente ao aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, mas, também, da melhor integração das instâncias de controle social formal e informal.

É, pois, uma ciência empírica, uma ciência do “ser”, e dista do paradigma causal-explicativo acolhido pelo positivismo naturalista, com base em pretensões de segurança e certeza. Este novo modelo de saber científico, mais relativo, provisório e inacabado demonstra que o ser humano transcende à “causalidade”, à “relatividade” e à “força”, sendo sujeito e não objeto da história.

Portanto, para a compreensão, interpretação, manejo e aplicação eficiente de políticas de segurança pública são necessários o domínio de marcos teóricos robustos, conceitos esclarecedores e um conjunto de princípios ordenados e orgânicos acerca do delito, do delinquente, da vítima e dos instrumentos de controle social.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para:**
- Interpretar as diversas teorias de micro e macrocriminologia, bem como os fatores que influenciam na

⁵ GARCIA –PABLOS DE MOLINA, Antonio e GOMES, Luiz Flavio. Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos. 2 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

criminalidade e na violência apresentadas pela sociedade contemporânea.

- Compreender o paradigma da reação social e suas decorrências.
- **Desenvolver /exercitar habilidades para:**
 - Utilizar a informática no tratamento de dados de modo a obter uma interpretação dirigida pelas informações e estatísticas de registro da criminalidade e da violência;
 - Avaliar os sistemas de controle social, a implementação de políticas criminais e de segurança pública e a questão da violência institucional.
- **Fortalecer atitudes para:**
 - Valorizar uma práxis em segurança pública voltada à proteção da sociedade aliada ao respeito máximo aos direitos e garantias fundamentais individuais.

c) Conteúdos

- Criminologia, conceito, objetos, métodos e funções.
- O Princípio da Secularização – análise pré-moderna e contemporânea do paradigma inquisitorial.
- O autor do delito frente ao paradigma etiológico:

Raízes da ideologia da Defesa Social. **Microcriminologia:** teorias biológicas, psicológicas e psiquiátricas; teorias da aprendizagem; teoria da socialização deficiente (teorias ecológicas da Escola de Chicago; teoria dos lares destruídos (*Broken Homes*); teoria da associação diferencial; teoria da subcultura e neutralização. **Macrocriminologia:** teoria da estrutura social defensiva; teoria da anomia.

- A Teoria do Etiquetamento ou da Rotulação – presente e futuro
- O paradigma da Reação Social – a grande transformação. Teorias da penas, destacando a questão da ressocialização.
- A Criminologia crítica frente ao paradigma da neo-criminalização: Neo-retributivismo; teoria das janelas

quebradas (*Broken Windows*), tolerância zero, prevenção situacional, Direito Penal do inimigo, teorias da pena..

- Política Criminal. Estatística Criminal. Mapeamento criminológico. Prevenção Criminal.
- Políticas criminais alternativas: minimalismo, abolicionismo, justiça restaurativa, garantismo, descriminalização, reparação do dano e medidas de segurança.
- Vitimologia e vitimodogmática: Pesquisas de vitimização; a histórica "neutralização" da vítima no processo penal; delitos sem vítima; vitimologia e vitimodogmática.

d) Estratégias de Ensino

- Estudo de casos reais.
- Estudos e análises dos mesmos subsidiados pelos conhecimentos adquiridos na disciplina.
- Seminários e debates
- Aulas práticas
- Estudo de textos
- Uso de imagens e vídeos.

e) Avaliação

Será feita por meio da participação do aluno em atividades que tenha que utilizar os conhecimentos adquiridos levando em consideração o seu potencial analítico e os instrumentos de formulação de políticas públicas na administração da criminalidade e da violência.

f) Referências Bibliográficas

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão: causas e alternativas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

DIAS, Jorge Figueiredo. ANDRADE, Manoel da Costa Andrade. **Criminologia: O Homem Delinqüente e a Sociedade Criminógena**. Coimbra: Coimbra Editora, 1997.

GARCÍA-PABLO DE MOLINA, Antonio & Gomes, Luiz Flávio. Criminologia: **introdução a seus fundamentos teóricos**: introdução às bases criminológicas da Lei 9.099/95, lei dos juizados especiais criminais. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Falência da pena de prisão: causas e alternativas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

Disciplina: Análise de Cenários e Riscos

Sujeita a avaliação

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
Estudos das variáveis que contribuem potencialmente para situações de riscos Caracterização dos riscos Condições dos riscos Legislações pertinentes Medidas de prevenção de riscos	Identificação, Análise e prevenção dos riscos Tomada de decisão de acordo com o cenário apresentado Reflexão e formação de problemas e encaminhamento de soluções	Segurança e equilíbrio na tomada de decisão Compromisso Formular os problemas e encaminhar soluções que reflitam seu compromisso humano de agir conscientemente sobre a realidade, transformando-a e transformando-se em algo sempre novo e melhor Senso de percepção de risco

2. Descrição da Disciplina

a) Contextualização

O estudo desta disciplina está relacionado com o estudo de conhecimentos teóricos e práticos sobre o conceito de cenários e riscos, técnicas avançadas de comunicação, relação de ajuda e intervenção da autoridade pública, de forma a incutir nos futuros profissionais de

segurança pública o senso de percepção de risco e desenvolver sua capacidade de auto-avaliação e auto-confiança nas suas intervenções, características importantes para melhoria da qualidade dos serviços que prestará à sociedade.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

Ampliar conhecimentos para:

- Avaliar situações de risco a partir de cenários de forma a evitar/ intervir em eventos adversos.

Desenvolver/Exercitar habilidades para:

- Aplicar processos de intervenção num evento adverso, consoante a função do profissional de segurança pública (polícia ostensiva, polícia judiciária ou bombeiro-militar e defesa civil).

Fortalecer atitudes para:

- Reconhecer a importância de lidar com o estudo cenários para antever riscos e evitar desastres.

c) Conteúdos

- Cenário. Ameaça e vulnerabilidade. Risco. Percepção de risco. Análise de risco. Tipos de risco. Mapa de Risco. Antecipação e prevenção do risco.
- Evento adverso. Fases e etapas dos eventos adversos. Observação e análise de um evento adverso. Avaliação da situação das pessoas. Alerta e Alarme. Processos de Intervenção em eventos adversos. Processos de resolução de problemas aplicados aos eventos adversos.
- Métodos, técnicas e ferramentas que possibilitem avaliar cenários e riscos.

d) Metodologia

- Aulas expositivas que privilegiem a imediata associação dos aspectos teóricos com atividades práticas;
- Estudos de caso;
- Simulações.

e) Avaliação

- Para avaliação da parte conceitual poderão ser utilizadas provas escritas
- Para parte prática deverá ser organizada um estudo de campo em uma região na comunidade onde possam ser trabalhados os principais pontos do conteúdo.

f) Referências Bibliográficas

BRASIL. **Fundamentos doutrinários**. Rio de Janeiro: Ministério da Defesa. Escola Superior de Guerra, 2001.

BRASIL. **Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres**. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento. Secretaria Especial de Políticas Regionais. Departamento de Defesa Civil. 1998.

BRASIL. **Manual do curso de bases administrativas para a gestão de riscos (BAGER)**. Brasília: OFDA-USAID, 2001.

BRASIL. **Política nacional de defesa civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil. 2000. 86 p.

BRASIL. **Segurança global da população**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil. 2000. 66 p.

Área Temática III

Cultura e conhecimento Jurídico

Disciplina: Direitos Humanos

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos éticos, históricos, culturais, - Princípios Constitucionais dos direitos e garantias fundamentais - Estatuto da Criança e do Adolescente - Estatuto do idoso - Direitos individuais homogêneos, coletivos e transindividuais - Direitos difusos - O profissional de segurança pública frente aos direitos humanos 	<ul style="list-style-type: none"> - Observância aos direitos humanos nas atividades exercidas - Reflexão sobre o servir e proteger em se tratando da Defesa Social, como responsabilidade social para a reorientação da sua práxis - Planejamento das ações voltadas para servir e proteger o cidadão como responsabilidade social e política - Tratamento adequado a grupos vulneráveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilidade para a percepção do ser humano como titular de direitos - Solidariedade na ação de servir e proteger, e o compromisso com o "bem-estar" de quem recebe cuidado, respeitando-o como cidadão, em qualquer circunstância - Desmistificação dos Direitos Humanos como dimensão exclusiva da área jurídico-legalista

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

Os Direitos Humanos cumprem uma trajetória de autodeterminação que se afirmou decisivamente na metade do século XX, com a emblemática Declaração Universal dos Direitos do Homem, documento que encerra toda a luta da civilização pela liberdade e a justiça.

Esta pujante vocação dos povos se acha historicamente registrada em documentos como: Carta Magna da Inglaterra (1215); Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia, EUA (1776); Declaração dos

Direitos do Homem e do Cidadão (1789), aprovada pela Assembléia Constituinte Francesa; Declaração Norte Americana que se seguiu a Constituição aprovada na Filadélfia (1787), 1918 - Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado – Rússia (1918).

Não obstante a impressionante evolução das legislações nacionais e internacionais, do incremento de mecanismos jurídicos e institucionais em defesa e promoção dos Direitos Humanos, o século XX se encerra com um notável déficit de conquistas reais, nos campos dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais.

Diante disso, o problema se põe como prioritário na agenda das democracias contemporâneas, constituindo verdadeira ameaça à normalidade institucional, diante da violência crescente debitada até ao próprio Estado, cuja crise está a exigir uma re-conceitualização de modelos.

No Brasil, a disciplina se afirma pelo enfoque jurídico-constitucional desde o Império, cuja Constituição de 1824 já trazia dispositivos próprios.

O período republicano também registra a opção formal pelos Direitos Humanos, mas a fragilidade das instituições democráticas vem comprometendo a sua afirmação histórica concreta.

Agora, com a difusão do tema pela sociedade civil e o aumento da capacidade de organização e mobilização popular, os Direitos Humanos vêm recuperando a sua importância como tema central de uma luta supra-ideológica: a opção da civilização contra a barbárie.

Com a retomada da democracia no Brasil a Constituição Federal de 1988 legitimou e instituiu os Direitos Humanos como um dos fundamentos éticos e jurídicos do processo de reforma do corpo jurídico e institucional do país.

O processo de redemocratização implicou na necessidade de novos parâmetros jurídicos de proteção dos direitos humanos demandando ao Estado de Direito a necessidade de mudanças na cultura e nas práticas organizacionais e sociais.

Os direitos humanos se inserem como parâmetro e conteúdo no processo de formação e capacitação dos profissionais de segurança pública no Brasil a partir da década de 90 quando o Ministério da Justiça iniciou com o apoio de organizações internacionais e nacionais de direitos humanos a capacitar gestores e profissionais da segurança pública. Em 1996 com a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos a educação em direitos humanos passou a ser uma das linhas de ação significativas para nortear as políticas públicas.

Considerando a necessidade de prevenir a violência institucional ainda freqüente nas práticas dos agentes públicos e proporcionar ações com vistas a construção de cultura de respeito aos direitos humanos, os Programas Nacionais de Direitos Humanos - PNDH I e II no contexto da década da educação em direitos humanos estabelecido pela ONU estabeleceram um conjunto de metas de ações focadas na formação e na capacitação na perspectiva dos direitos humanos.

Com a criação da Secretaria da Segurança Pública – SENASP no Ministério da Justiça o Governo Federal e a elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública, os direitos humanos como tema transversal no processo de formação e capacitação foi instituído através da Matriz Curricular Nacional, resultado dessa nova cultura e gestão política da política de segurança pública, que considera a necessidade da transversalidade e da especificidade dos direitos humanos no processo de formação dos profissionais de segurança pública.

A questão dos Direitos Humanos aplicados à ação dos profissionais de segurança pública está cercada de mitos e equívocos que atravessam o imaginário social e, particularmente, a cultura tradicional dos órgãos mantenedores da segurança pública. Apesar dos avanços, tem prevalecido uma visão de antagonismo entre os dois. O profissional de segurança pública eficiente e profissionalizado em padrões de excelência precisa estar eticamente comprometido com os Direitos Humanos, como referência primordial de sua ação técnica, dando, assim, uma resposta aos anseios de justiça e legalidade do sistema democrático, sem prejuízo da eficiência e força na prevenção e repressão do crime.

Direitos humanos e atividade do profissional de segurança pública

ainda soam como pólos antagônicos no imaginário público. Tal situação se deve a uma série de fatores históricos e culturais que a cada dia vêm sendo superados pela consciência cívica da população brasileira, pelos esforços dos governantes sérios e pela dedicação de dirigentes públicos comprometidos com a ética e a democracia.

O correto posicionamento do profissional de segurança pública dentro dos valores universais dos Direitos Humanos é a garantia de uma segurança pública cada vez mais acreditada pelo cidadão e cada vez mais prestigiada pelo poder político da sociedade. Nesta perspectiva os órgãos policiais se credenciam a cercar-se de eficientes instrumentos institucionais e materiais para que o combate ao crime seja rigoroso e pacificador.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para que os alunos possam:**
 - Identificar os principais aspectos éticos, filosóficos, históricos, culturais e políticos para a compreensão do tema dos Direitos Humanos;
 - Construir a partir da vivência pessoal uma elaboração conceitual pluridisciplinar dos Direitos Humanos;
 - Analisar de modo crítico a relação entre a proteção dos Direitos Humanos e a ação do profissional de Segurança Pública.

- **Desenvolver/exercitar habilidades para:**
 - Demonstrar a relação entre a cidadania do profissional da área de segurança pública e o fortalecimento da sua identidade social, profissional e institucional.

- **Fortalecer atitudes para:**

- Interagir com os diversos atores sociais e institucionais que atuam na proteção e defesa dos direitos humanos.
- Sensibilizar os profissionais de Segurança Pública para o protagonismo em Direitos Humanos;
- Reconhecer a inserção dos Direitos Humanos como Política Pública no Brasil e a inclusão na Política Nacional da Segurança Pública;
- Reconhecer e debater os princípios constitucionais e as normas dos Direitos Humanos que regem a atividade do profissional da área de segurança pública.

c) Conteúdos

Tópicos a serem abordados:

I. Introdução

- Abordagem histórico-cultural, observando os direitos humanos nas atividades exercidas (Sensibilização para a percepção do ser humano como titular de direitos e buscar uma reflexão sobre o servir e proteger em se tratando da Defesa Social, como responsabilidade social para a reorientação da sua práxis). História Social e Conceitual dos Direitos Humanos e Fundamentos Históricos e Filosóficos.
- Desmistificação dos Direitos Humanos como dimensão exclusiva da área jurídico-legalista, enfocando as Dimensões Ético-Filosófica, Histórica, Jurídica, Cultural, Econômica, Psicológica e Político-Institucional dos Direitos Humanos na ação do profissional da área de Segurança Pública.

II. Contextualização

- A Ação do Profissional de Segurança Pública nos Mecanismos de Proteção Internacionais e Nacionais dos Direitos Humanos.
- Princípios Constitucionais dos direitos e garantias fundamentais, como embasamento para o planejamento das ações voltadas para

servir e proteger o cidadão como responsabilidade social e política.

- Programa Nacional de Direitos Humanos, a Segurança Pública e o Sistema Nacional de Direitos Humanos.
- Direitos individuais homogêneos, coletivos e transindividuais.
- O profissional de segurança pública frente as diversidades aos direitos dos grupos vulneráveis. Programas nacionais e estaduais de proteção e defesa.
- A Cidadania do profissional da área de Segurança Pública.

d) Estratégias de Ensino

História de Vida, Elaboração Conceitual dos Direitos Humanos.
(Construir a partir da vivência pessoal uma elaboração conceitual pluridisciplinar dos Direitos Humanos)

Aulas expositivas de caráter teórico, recursos grupais (discussão em grupo, dinâmicas de grupo, jogos dramáticos, seminários com pessoas e entidades governamentais e não governamentais de promoção e defesa dos Direitos Humanos e operadores do direito). Visitas a instituições de proteção e defesa da criança e do adolescente.

A análise e discussão de textos doutrinários e legais, com uso de recursos audiovisuais, proporcionará condições aos alunos para uma reflexão consciente e voltada para propostas concretas de ação do profissional da área de segurança pública, investigando técnicas de uso da força com a observação rigorosa da legalidade. Deve-se priorizar a integração e participação, em regime de debates, de personalidades notoriamente ligadas à promoção dos Direitos Humanos. Mesas redondas, painéis, seminários que são fundamentais como estratégia.

e) Avaliação da aprendizagem

A avaliação será feita através de debates em grupo e redação de textos Individuais e coletivos contendo as produções realizadas em sala de aula (oficinas) e reflexões teóricas dos alunos elaboradas a partir das aulas, de questões apresentadas pelos educadores e das leituras indicadas pelos educadores.

h) Referências Bibliográficas

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Polícia e Direitos Humanos: do antagonismo ao protagonismo**. Porto Alegre: Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1994.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

BORY, Françoise. **Gênese e Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário**. Genebra: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 1995.

HERKENHOFF, João Baptista. **Direitos Humanos: a construção universal de uma utopia**. Aparecida: Santuário, 1997.

SWINARSKI, Christophe. **Introdução ao direito internacional humanitário**. Brasília: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Instituto Interamericano de Direitos Humanos, 1997.

g) Referências na WEB

- www.dhnet.org.br
DHnet - Rede de Direitos Humanos & Cultura é produto de um grupo de ativistas de direitos humanos, que no ano de 1994 iniciaram estudos sobre Direitos Humanos e Realidade Virtual. Em 1º de maio de 1995, dia do Trabalho e da entrada oficial do Brasil na INTERNET, foi colocado no "ar" o BBS Direitos Humanos & Cultura, que dois anos após, tornou-se a Rede DHnet, com os seguintes Macro-Temas: Direitos Humanos; Desejos Humanos; Cibercidadania; Memória Histórica; Educação & Direitos Humanos e Arte & Cultura.
- <http://www.presidencia.gov.br/sedh/>
A Subsecretaria de Direitos Humanos, criada pela Medida Provisória nº 259, de 21 de julho de 2005, é o órgão da Secretaria-Geral da

Presidência da República que trata da articulação e implementação de políticas públicas voltadas para a promoção e proteção dos direitos humanos.

- http://www.icrc.org/web/por/sitepor0.nsf/iwpList2/About_the_ICRC?OpenDocument

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) foi fundado há 150 anos. O seu princípio diretor é que, mesmo na guerra, há limites relativos à forma como a guerra é conduzida e relativos ao comportamento dos combatentes. As regras que foram estabelecidas com isto em vista e que foram endossadas por quase todas as nações no mundo são conhecidas pela designação de Direito Internacional Humanitário, do qual as Convenções de Genebra constituem o fundamento.

- <http://www.direitodoidoso.com.br/>
O site Direito do Idoso compõe-se de uma coletânea de informações jurídicas fornecidas gratuitamente aos seus usuários, parceiros e colaboradores.

- <http://www.violenciasexual.org.br/>
O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan/ CEDECA-Ba é uma organização não-governamental e tem como missão enfrentar todas as formas e manifestações de violência contra crianças e adolescentes, sobretudo contra a vida e a integridade física e psicológica.

Disciplina: Fundamentos dos Conhecimentos Jurídicos

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> - Concepção epistemológica do Direito e sua função social - Competências dos ramos do direito aplicados às 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação em casos concretos - Análise dos princípios, normas e fenômenos jurídicos que tenham repercussão na Segurança Pública 	<ul style="list-style-type: none"> - Atenção aos Fundamentos do processo decisório do Estado - Reconhecimento de que o conhecimento Jurídico é apenas

<p>atividades de Segurança Pública (penal, processual penal, civil, constitucional, administrativo e ambiental)</p>		<p>uma ferramenta no exercício de sua profissão</p> <ul style="list-style-type: none"> - Respeito aos princípios e normas jurídicas estabelecidas na Constituição Federal e no ordenamento jurídico infra-constitucional
---	--	---

2. Descrição da Disciplina

a) Contextualização

A implementação da disciplina cultura e conhecimento jurídico tem que ter em vista a atuação do profissional em Segurança Pública no Estado Democrático de Direito e implica no conhecimento do ordenamento jurídico brasileiro e universal, seus princípios e normas, com destaque para a legislação pertinente às atividades policiais, de forma indissociada das demais perspectivas de compreensão da realidade, tanto no processo formativo quanto na prática técnico/profissional.

Cabe ressaltar que os conhecimentos específicos e aprofundados de cada ramo do direito, deverão ser realizados pelas disciplinas específicas do curso de formação dos cada cargo que compõe o Sistema de Segurança Pública.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- Ampliar conhecimentos para:

- Discutir sobre o Direito como construção sócio/cultural.
- Compreender o sistema de justiça criminal, abrangendo os órgãos que o Estado se vale para tanto (Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo) e suas funções típicas.

- **Desenvolver/ exercitar habilidades para:**
 - Analisar os princípios, normas e fenômenos jurídicos que tenham repercussão na Segurança Pública.

- **Fortalecer atitudes para:**
 - Reconhecer que o conhecimento Jurídico é apenas uma dimensão balizar da sua ação e uma ferramenta no exercício de sua profissão.

c) Conteúdos

1. Introdução ao estudo do direito;
 - a. Noções sobre princípios e classificação do direito (Direito Publico, Privado e os vários ramos do Direito);
 - b. Direito, moral e cultura.

2. Estado – conceito e organização
 - Funções governamentais (Executivo, Legislativo e Judiciário)

3. Sistema de Justiça Criminal
 - Funções e atores da justiça criminal (Policias, Ministério Público, Defensoria, Magistratura e Sistema Prisional).

d) Estratégias de Ensino (Metodologia)

A abordagem pedagógica dar-se-á de forma a prestigiar o processo de aprendizagem que instrumentalize o profissional de segurança pública, direcionando suas ações pautadas no processo de construção do conhecimento jurídico, ético e técnico, formando uma perspectiva do ser que pensa, decide e age. Desta forma priorizaremos aulas expositivas,

trabalhos grupais, como forma de tornar possível a interação e inter-relação do grupo, jogos e estudos de casos.

e) Avaliação de Aprendizagem

A avaliação do processo de aprendizagem será individual, escrita e/ou oral e por observação do professor.

a. Referências Bibliográficas

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2005.

LYRA FILHO, Roberto. O que é o direito. Coleção primeiros passos. Brasília: Brasiliense. 2005.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Introdução ao estudo do Direito**. São Paulo: Atlas S.A.1996.

NUNES, Rizzatto. **Manual de introdução ao estudo do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2003.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros.2005.

Área temática IV

Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos

Disciplina: Fundamentos da Gerência Integrada em Situações de Crises e Desastres

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> - Tipologia de crise - Doutrina de Prevenção - Doutrina para o atendimento - Gestão sistêmica - Protocolos institucionais e integrados de atuação - Sistema de Comando de incidentes - Os veículos de comunicação - Importância da informação clara e precisa - Entrevista e os limites de competências do agente de segurança pública e defesa social 	<ul style="list-style-type: none"> - Controle em Situações de "Stress" - Emprego e atuação em face de protocolos integrados - Execução de planejamento operacional padrão e de contingência - Procedimento de análise e tomada de decisão em situações problemáticas multidimensionais - Avaliação da repercussão e formulação da notícia atendendo ao interesse público 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do trabalho em equipe - Respeito aos múltiplos protocolos de atuação - Visão sistêmica - Valorização dos critérios de julgamento - Consciência de ação continuada e complementar dos serviços de segurança pública e defesa social - Observância dos aspectos éticos no relacionamento com a Imprensa - Reconhecer a importância de impor limites á atuação da mídia no local do evento

2. Descrição da Disciplina

a) Contextualização

No Brasil, nas últimas décadas, os profissionais de segurança pública têm sido chamados, cada vez com mais frequência, a intervir em situações de alta complexidade, sejam de ordem criminal ou não, cujas características especiais requerem posturas fora da rotina de suas atividades.

Deste modo, em geral e para responder às situações de crise e aos desastres, é necessário identificar, obter e aplicar não só recursos do Sistema de Segurança Pública, mas ainda integrar a participação de vários setores da sociedade civil, como é o caso da mídia.

É indispensável não apenas a gestão integrada desses problemas, mas, sobretudo preparar os profissionais de segurança pública para aplicar e administrar os recursos existentes, pois de nada adiantará a existência de organizações, estruturas e órgãos específicos, quando estes profissionais de segurança pública não detêm os conhecimentos teóricos e práticos necessários para utilizá-los.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para:**
 - Compreender os elementos teóricos do Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres.
 - Avaliar situações de risco a partir de cenários de forma a intervir em eventos adversos;

- **Desenvolver/ exercitar habilidades para:**
 - Intervir por ocasião de crises e desastres, integrando as estruturas sistêmicas existentes (GGI, GGC, CGD e SCI) de forma a preservar, prioritariamente, a vida humana.

- **Fortalecer atitudes para:**

- Valorizar a priorização da vida, a incolumidade física, e dignidade da pessoa humana,

c) Conteúdos

1. Ocorrência de alto risco
2. Situação de crise
3. Crise de natureza criminal ou não-criminal
4. Tipos de crise
5. Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres
6. Objetivos do Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres
7. Graus de riscos e níveis de resposta
8. Fases de uma crise
9. Elementos Operacionais Essenciais: Gerente de Crise. Negociador
10. Equipe Tática
11. Soluções de Crise: Negociada. Tática
12. Epílogo de uma crise
13. Gabinete de Gestão Integrada (GGI)
14. Gabinete de Gerenciamento de Crise (GGC)
15. Desastre
16. Classificação dos desastres: quanto à intensidade, à evolução e à origem
17. Centro de Gerenciamento de Desastre (CGD)
18. Sistema de Comando de Incidentes (SCI)

d) Estratégias de Ensino –Aprendizagem

- Aulas expositivas que privilegiem a imediata associação dos aspectos teóricos com atividades práticas;
- Estudos de caso;
- Simulações.

e) Avaliação

- Para avaliação da parte conceitual poderão ser utilizados instrumentos de avaliação escrito
- Para parte prática deverá ser organizada um estudo de caso ou um teatro de operações envolvendo os principais pontos do conteúdo.

f) Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Manual de desastres naturais, humanos e mistos. V 1, 2 e 3.** Brasília: Imprensa Nacional, 2004.

BRASIL. **Política nacional de defesa civil.** Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil. 2000.

BRASIL. **Segurança global da população.** Brasília: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Defesa Civil. 2000.

MASCARENHAS, Wanderlei. **Gerenciando Crises em Segurança Pública.**

SALINAC. **Gerenciamento de Situações Críticas.**

Área temática V

Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador

Disciplina Relações Humanas

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> - Relações inter e Intrapessoais - Comportamento humano: _gênese pessoal, social e comunitária - Comunicação Humana - Construção e desenvolvimento de equipes - Redes sociais - Grupos e equipes - Atendimento ao público - Criatividade - Tomada de decisão 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de mecanismos e ferramentas para o auto-conhecimento - Utilização de mecanismos que possibilitem a compreensão do outro - Trabalho em equipe - Utilização de mecanismos da comunicação verbal, não-verbal e factual - Utilização de feedback - Avaliação dos papéis e funções nas mais diversas relações - Constituição grupos operativos focados na realidade organizacional, local e planetária - Formação de grupos saudáveis mediante a construção de redes sociais - Utilizar estratégias que estimulem o processo criativo - Utilizar métodos e instrumentos no processo de decisão 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer-se como um profissional competente, que se expressa como pessoa relacionando-se com o outro e o mundo construindo um ambiente social humanamente digno - Preocupar-se com o bem estar, respeito e cuidado com a pessoa, mesmo na hora de dar uma má notícia. - Expressão das emoções de forma assertiva. - Visão integral do processo - Deixar-se surpreender consigo mesmo, com o outro e com o mundo - Atenção à reconsideração das próprias idéias

1. Descrição da disciplina

a) Contextualização

O homem como ser biopsicosocial constrói no relacionamento com as pessoas tendo como base a construção da sociedade. Com isto, o desenvolvimento de habilidades e competências específicas pessoais tem sido cada vez mais requerido no mundo contemporâneo.

A efetiva interação entre o homem e seu ambiente social aumenta e consolida-se a partir da variada gama de informações disponíveis, incorporadas às novas tecnologias e processo dentro da organização e da sociedade, mas principalmente pelo relacionamento humano

Por ser um curso básico proposto às carreiras que compõem o aparato de segurança pública na República Federativa do Brasil, entendendo-se como tais, no contexto dado, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militares, há necessidade de que os principais “recursos humanos” sejam geridos e bem utilizados como pessoas e indivíduos que prestam e recebem os mesmos serviços.

Para que estejam habilitados a enfrentar as situações delituosas em seu cotidiano, os servidores públicos dessas áreas devem ser portadores de atitudes que os farão decidir como melhor agir nos momentos em que estiverem enfrentando as situações de risco.

c) Objetivos

- **Ampliar conhecimentos para que os alunos possam:**

- Conceituar e discutir sobre os aspectos (liderança, criatividade, motivação e comunicação) que necessitam serem observados nas relações humanas.

- **Desenvolver/exercitar habilidades para:**

- Selecionar estratégias adequadas de ação, visando a melhoria das relações interpessoais e institucionais.

- **Fortalecer atitudes para:**

- Reconhecer a importância da individualidade (eu – outro) nas relações humanas.

e) Conteúdos

- Liderança poder e autoridade
 - Liderança, Poder, hierarquia, autoridade – Conceitos e principais fundamentos
 - O indivíduo como ator e seu lugar na organização;
 - Liderança e gerência
 - Relações e conflitos (uma introdução)
- Criatividade e Motivação
 - Significado de criatividade e motivação;
 - Teoria da criatividade
 - Teorias da motivação: Maslow, Mc Gregor, Herzberg;
 - Motivação no trabalho e recompensa;
 - Competências que facilitam a criatividade
 - Processo Criativo
 - Estratégias Criativas para mudança
- Percepção, Atitude e Diferenças Individuais;
 - Percepção social e interpessoal;
 - Percepção e diferenças individuais;
 - Fatores externos na percepção;
 - Atitudes e a formação de atitude

- Comunicação
 - Comunicação interpessoal;
 - Comunicação organizacional;
 - Atendimento ao cidadão;
 - Dinâmica do processo de comunicação numa perspectiva psicossociológica

- Trabalho em equipe características diferenciais
 - Equipe X grupo;
 - Estratégias para desenvolvimento de equipes e times de trabalho;
 - Trabalho em equipes e comportamentos relacionados: competição, colaboração, participação;
 - Lidando com as diferenças

- Tomada de decisão
 - Processo de tomada de decisão
 - Tomada de decisão individual
 - Tomada de decisão em grupo
 - Métodos e instrumentos para tomada de decisão.

f) Estratégias de Ensino

O diálogo é a base das estratégias aplicadas ao desenvolvimento desta disciplina. O facilitador, por meio de processo empático e provocador do conhecimento, utilizar-se-á de dinâmicas de grupo e construção de cenários em que se atuará com modelos de casos concretos, além de estudos de casos, análise de textos legais e doutrinários sobre servidor público.

Deverá ser estimulada a leitura de atualidades nacionais e internacionais além de romances, letras de música e afins, sejam em recursos materiais ou digitais.

Por fim, o estímulo à discussão sobre filmes, próprios para a área ou filmes com contextos de sistema judiciário penal e militar.

g) Avaliação da aprendizagem

A avaliação será por observação do facilitador e também escrita.

A primeira será realizada observando as encenações, criadas pelos alunos, para a análise dos temas abordados e os comportamentos de cada personagem. Para os que não puderem ou não se sentirem a vontade para participar da dramatização, caberá a análise crítica da mesma.

A segunda constará de um trabalho escrito, individual ou em dupla, em que será analisado um filme ou um texto didático, a critério da coordenação acadêmica, podendo haver, ainda análise de casos, análise de filmes.

f) Referencias Bibliográficas

AL MUKAFA, Ibn. **Calila e Dimna**. Rio de Janeiro: Record.

ARGYRIS, Chris. **A integração indivíduo-organização**. São Paulo: Atlas, 1975.

DE LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. (coleção textos fundamentais)

KOTTER, John P.. **Liderando Mudança**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LUCENA, Maria da Salete. **Planejamento Empresarial de Recursos Humanos. Utopia ... ou Desafio**. São Paulo: Editora Atlas AS, 1995.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

Disciplina: Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho

1. Mapa de competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> - Importância da atividade física na promoção da saúde seus aspectos mentais e emocionais e prevenção das doenças - Psicopatologias - Estresse/ocupacional - A relação do homem com a organização - Qualidade de vida no trabalho - Condicionamento físico - Contexto socioeconômico – cultural da saúde e da segurança - Alcoolismo e uso de drogas lícitas e ilícitas - Conceito de ambiente saudável - Organização, norma, princípios e responsabilidades - Prevenção e controle de riscos em equipamentos e no ambiente de trabalho - Equipamentos de proteção individual - O ambiente e as doenças do trabalho - Ergonomia 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação fatores determinantes de perturbação da saúde psicológica - Gerência do estresse - Estabelecimento dos processos de preservação da saúde física e mental do servidor - Estabelecimento dos processos para eliminar, minimizar e controlar os riscos de ocorrência de acidentes, doenças ocupacionais nas atividades/ operações - Adoção de rotinas que possibilitem utilizar de maneira eficiente e eficaz os instrumentos de trabalho - Utilização de técnicas de prevenção do estresse e de outras doenças ocupacionais 	<ul style="list-style-type: none"> - Consciência corporal - Consciência da importância de preservação do corpo e da mente como instrumento de melhoria na qualidade profissional - Expressar as emoções de forma equilibrada - Valorização da redução dos números de acidentes no trabalho e das doenças ocupacionais - Senso do uso de equipamentos de proteção individual - Zelo pela melhoria da qualidade do ambiente de trabalho - Assumir a responsabilidade pelo que se faz

2. Descrição da disciplina:

a) Contextualização:

A disciplina “Saúde e Segurança Aplicadas ao Trabalho” advém da necessidade de se estabelecer o vínculo entre efetividade, eficácia e a produção social gerada pelo interesse na pessoa do agente de segurança pública, como

sujeito que participa 'dos' e 'nos' ambientes das comunidades que compõem a sociedade civil brasileira.

Poucos são os estudos que evidenciem o sujeito de segurança pública como produto social, com a espessura do cotidiano que o reproduz e transforma. Entretanto, há um número considerável de trabalhos científicos que indicam o desempenho das atividades dos profissionais de segurança pública como os que apresentam maior tendência de sofrimento de estresse.

É preciso conscientizar estes profissionais para a necessidade de utilizar os equipamentos de proteção individual em atividade de risco. Para isto, pretende-se utilizar uma abordagem transdisciplinar, objetivando-se uma visão bio-psicossocial desse sujeito, inserindo-o no contexto social como agente que propicia mudanças positivas no cenário da criminalidade.

b) Objetivos da disciplina:

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para:**
 - Identificar os fatores relevantes da atividade do profissional da área de Segurança Pública que influenciam na saúde geral, relacionando-os com o desenvolvimento do quadro de estresse.

- **Desenvolver e exercitar habilidades para:**
 - Utilizar procedimentos e técnicas que auxiliem a tornar o ambiente de trabalho mais saudável e a melhorar a qualidade de vida.

- o **Fortalecer atitudes para:**

- Priorizar o cuidado com as saúdes física e mental, como forma de prevenção de algumas patologias que possam ser adquiridas no percurso profissional, melhorando assim a qualidade de vida.

c) Conteúdo programático:

- O homem: um ser bio-psico-social (inclui este item para dar uma visão integral do ser humano e da necessidade de busca de equilíbrio)
- A natureza do trabalho do profissional da Área de Segurança Pública - consciência da natureza e das exigências do seu trabalho.
- Relações de Poder no Trabalho e repercussões na saúde do profissional e no ambiente familiar: assédio moral, assédio sexual, relações de subordinação hierárquica, violência no ambiente de trabalho
- Qualidade de vida: o que você pode fazer para ter também?
- Noções de medicina e segurança do trabalho
- Equipamentos de proteção
- Prevenção de doenças do trabalho e doenças profissionais
- Fisiologia do estresse e diagnóstico precoce
- Ergonomia aplicada ao profissional de segurança pública, tanto no campo operacional como no administrativo
- Hábitos de vida como prevenção de saúde geral:
 - alimentação;
 - atividades físicas;
 - atividades de lazer;
 - espiritualidade: técnicas de relaxamento e meditação;
 - outros hábitos segundo características regionais;

d) Estratégias de Ensino:

- Exposições dialogadas.
- Debates.

- Seminários.
- Uso de vídeos.
- Visitas de campo e outros recursos que se façam necessários ao bom andamento da aprendizagem.

e) Avaliação da aprendizagem

Esta disciplina não deverá ter prova, mas como produto final, o aluno deverá elaborar um plano para melhoria ou manutenção da qualidade de vida. Este plano deverá envolver um diagnóstico de seus hábitos e proposta para modificação dos mesmos.

f) Referencias Bibliográficas:

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho*; tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira.-5.ed. ampliada-São Paulo: Cortez-Oboré,1992.

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1993.

ROBBINS, S. *Patologia estrutural e funcional*. Rio de Janeiro: Koogan, 1989.

SATO, L. O conhecimento do trabalho e a teoria das representações sociais. In CODO, W. et al. *Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WISNER, A . *Por dentro do trabalho: ergonomia, método e técnica*. São Paulo: FTD, 1987.

g) Referências na WEB

www.vivermentecerebro.com.br

<http://www.alcoolismo.com.br/sequelas.htm>

Ballone GJ - *Dependência Química* - in. **PsigWeb**, Internet, disponível em

<http://sites.uol.com.br/gballone/psicossomatica/drogas.html>

GUTO. Gestão Urbana de Trabalho Organizado.

<http://polo3.marilia.unesp.br/guto>

Área temática VI

Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública

Disciplina: Língua e Comunicação

1. Mapa de Competência

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> - Linguagem e suas funções - Expressão oral e escrita - Frase, parágrafo e texto - Pronomes de tratamento - Características da comunicação oficial 	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura - Interpretação - Produção de textos - Elaboração de documentos oficiais e comunicações associados ao desempenho da função, segundo normas e padrões vigentes (ofícios, requerimentos, comunicações e relatórios) - Seleção do documento adequado de acordo com a finalidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da comunicação como fator preponderante para relações humanas e, principalmente para a sua profissão. - Valorização do hábito de leitura - Valorização da qualidade na elaboração de documentos - Busca de clareza, precisão e concisão na elaboração da comunicação oficial

2. Descrição da Disciplina

a) Contextualização

A Língua Portuguesa, assim como todas as línguas, compõe-se de partes que se completam para que produzam um significado e uma função. A primeira, a **FONÉTICA** e **FONOLOGIA**, onde percebemos os fonemas, as sílabas, a ortofonia e a ortografia. A segunda, a **MORFOLOGIA**, na qual estudamos a estrutura das palavras, a formação de palavras, as classes das palavras e seus mecanismos de reflexão, substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Para compreendermos os significados do

emaranhado de palavras que surgem em nossos pensamentos, que transmitimos para nos comunicar, se faz necessário o uso correto da pontuação, da regência, da crase, da concordância, da colocação pronominal, da análise sintática, ou seja, da **SINTAXE**. Não podemos esquecer o **APÊNDICE**, onde as figuras de estilo e os vícios de linguagem são observados.

Dessa forma, a Língua Portuguesa se compõe e se faz necessária no uso diário de nossas atividades, sejam elas verbais ou não verbais, e, até mesmo, no emprego simultâneo de diversas linguagens = a multimídia.

Ressaltamos ainda a questão das línguas que complementam o nosso cotidiano como seres humanos, pensantes e reflexivos, que vive em sociedade e, portanto, com as diferenças. A LIBRAS e o BRAILE, no contexto da Segurança Pública e da Defesa Social, é indispensável, tanto no que diz respeito às relações de trabalho quanto às relações sociais. Cabe, portanto, aos que estruturam ou organizam programas e projetos educacionais, não olvidar nossos pares.

A disciplina “Língua e Comunicação” se coloca em um contexto de extrema necessidade para os que compõem os quadros profissionais de segurança e defesa social, uma vez que o desempenho das funções exige o uso de uma linguagem objetiva e clara, que não estabeleça dúvidas. Visa, ainda, atender à crescente demanda dos interessados na forma correta do uso da linguagem. Dessa forma, pretende-se utilizar uma comunicação escrita e falada como instrumento gerador de conseqüências justas, corretas, objetivas e transparentes no âmbito da segurança pública e da defesa social.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para:**

- Compreender a linguagem como fator de comunicação e, bem como a necessidade de produzir textos e documentos oficiais com clareza e objetividade.

- **Desenvolver/exercitar habilidades para:**

- Ler e interpretar textos;
- Redigir com clareza textos em português e documentos oficiais.

- **Fortalecer atitudes para:**

- Reconhecimento da comunicação como fator preponderante para relações humanas e para o exercício da sua profissão.

c) Conteúdos

1. Comunicação Humana

- Linguagem
- Funções da linguagem
- Expressão oral
- Expressão escrita

2. Estrutura do texto

- Interpretação de texto
- Vocabulário
- Frase e parágrafo
- Coesão do texto

3. Documentos Oficiais (seguir padrão e legislação de comunicação utilizado no âmbito da administração pública do estado)

- Pronomes de tratamento
- Características dos textos oficiais
- Ofícios,

- Comunicações
- Requerimentos
- Memorandos
- Relatórios

d) Estratégia de Ensino

- Exposições Dialogadas
- Textos sobre segurança pública que favoreçam a interpretação
- Simulações de situações do cotidiano do profissional da área de Segurança Pública para uso da linguagem oral
- Produção de texto com base em temas correlatos a área de segurança pública
- Produção de documentos e comunicações oficiais com base nas rotinas dos profissionais da área de segurança pública

e) Avaliação de Aprendizagem

A avaliação será realizada no decorrer das atividades, de forma contínua, e, ao final do curso haverá uma avaliação escrita.

f) Referências Bibliográficas:

- FARACO & MOURA. Gramática. São Paulo. Editora Ática. 1999.
- FERREIRA, Mauro. Aprender e praticar gramática: teoria, sínteses das unidades, atividades práticas, exercícios de vestibulares: 2º grau. São Paulo. FTD, 1992.
- HERDADE, Márcio Mendes. Novo Manual de Redação: básica, concursos, vestibulares, técnica.SP. Pontes, 2ª edição, 2002
- INFANTE, Ulisses. Curso de Gramática aplicada aos textos. São Paulo. Scipione, 1992.
- MORENO, Cláudio. Guia Prático de Português Correto: para gostar de aprender. Vol. 3. Sintaxe. L&PM POCKET. 2003
- OLIVEIRA LIMA, A. Manual de Redação Oficial. Teoria, modelos

e exercícios. Editora Impetus. Rio de Janeiro. 2003.

- MENDES, G.F.; FORSTER JÚNIOR, N.J. Manual da Presidência da República. Brasília: Presidência da República, 2002.

Disciplina: Telecomunicações

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos - Comunicação integrada - Comunicação via rádio - Telefonia - Formas e sistemas de acionamento - Abordar o papel das tecnologias de telecomunicações na qualidade dos serviços de Segurança Pública e Defesa Social - Normas que disciplinam o uso das telecomunicações no âmbito externo e interno das instituições do Sistema de Segurança Pública - Equipamentos de telecomunicações em uso na força policial 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização dos equipamentos de telecomunicações como instrumentos de eficiência nos serviços - Desenvolvimento da comunicação interinstitucional - Operação de sistemas integrados de comunicação - Operação dos equipamentos de telecomunicações em uso na força policial 	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativa e destreza - Consciência da necessidade da correta utilização profissional das tecnologias de telecomunicações - Reconhecimento da importância da boa forma de comunicação e principalmente a integrada - Reconhecimento da importância das telecomunicações, em apoio às atividades operacionais e administrativas. - Busca de clareza, precisão e concisão na transmissão de mensagens

1. Descrição da Disciplina

a) Contextualização

Desde os primórdios, a comunicação é essencial no desenvolvimento do ser humano como um todo. A partir da Revolução Industrial, a necessidade de sistemas de comunicação foi marcante para dar continuidade ao desenvolvimento que se iniciava. Durante as duas guerras mundiais, os meios de comunicação tiveram papel fundamental nos resultados.

No mundo globalizado em que vivemos, nos tornamos a cada dia mais dependentes de sistemas de comunicação, que se vêem obrigados ao aprimoramento constante, diante das novas “necessidades” que vão surgindo a cada dia. A Segurança Pública (ou Defesa Social) também vive esta realidade, o Estado está sendo obrigado a realizar grandes investimentos nesta área, cujo foco principal deve ser o aprimoramento dos sistemas de comunicação, já que este está sempre aquém da realidade da iniciativa privada, e portanto, também dos criminosos. Um sistema de comunicação eficiente e moderno pode reduzir a necessidade de aumento de efetivo, o que significa economia para o Estado.

Através da disciplina Telecomunicações é possível colocar o aluno a par da realidade no que se refere às comunicações dentro de sua Instituição, apresentando os fatores positivos e negativos, as virtudes e as dificuldades, para que tenha condições de decidir diante das adversidades que lhe são apresentadas durante o seu trabalho diário.

O aprendizado é essencial para o aluno, pois isto irá refletir na sua vida profissional, já que a todo o momento estará sendo obrigado a tirar o melhor proveito possível dos sistemas de comunicação a ele disponibilizados.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para:**
 - Identificar os fundamentos da telecomunicação.
 - Enumerar o alfabeto fonético internacional, dos números, do Código “Q”.
- **Desenvolver/exercitar habilidades para:**
 - Utilizar adequadamente os equipamentos disponibilizados.
 - Preencher corretamente o Boletim de Ocorrência e os arquivos relacionados aos sistemas de comunicação.
 - Utilizar o alfabeto fonético internacional, dos números, do Código “Q” no processo de

comunicação.

Fortalecer atitudes para:

- Reconhecer o papel da tecnologia da comunicação para apoio à atividades dos profissionais da área de segurança pública.

c) Conteúdos

- Conceito e definições de telecomunicações;
- Tecnologias empregadas na instituição como: Sistema de Atendimento e Despacho, Sistema de Rastreamento de Viaturas, sistemas para verificação de veículos e pessoas;
- Pronúncia das Palavras do alfabeto fonético internacional, dos números, do Código "Q";
- Disciplina na "Rede Rádio", conhecimentos básicos sobre aparelhos de rádio utilizados na instituição;
- Prática de Utilização de Rádio;
- Boletim de ocorrência do Centro de Operações;
- Intranet
- Visita ao centro de comunicação da instituição.

d) Estratégias de Ensino

Aulas expositivas dialogadas sobre a matéria, utilização de equipamentos audiovisuais, prática na utilização de equipamentos de comunicação que estarão disponíveis para o aluno, exercícios teóricos e práticos sobre a matéria ministrada, atividades em grupo, leitura dirigida e debates.

e) Avaliação da aprendizagem

Perguntas orais e/ou escritas dirigidas aos alunos durante as aulas, procurando despertar o interesse destes pela disciplina e motivá-los para o estudo, propiciando ao professor diagnosticar os pontos em que os assuntos ministrados não foram compreendidos e sobre os quais deverá insistir nas aulas subseqüentes. Avaliação prática da utilização dos equipamentos de telecomunicações e avaliação teórica da disciplina.

f) Referências Bibliográficas:

CASTRO, Ingrid Caldeira Torres de. **Apostila de Telemarketing**. Vitória: 2001.

GUARDA CIVIL METROPOLITANA DE SÃO PAULO. **Manual de Instrução da Guarda Civil Metropolitana**. São Paulo: 1996;

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Manual de Instrução Modular**. Vitória: 1995;

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Manual de Instrução Modular**. 5ª Edição. Vitória: 1999.

g) Referências na WEB

Disciplina: Sistema Informatizado

1. Mapa de competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">- Produção de conhecimentos sobre a criminalidade, através do uso eficiente e eficaz de informações policiais, extraídas de bases de dados dos sistemas operacionais, disponíveis na área de Segurança Pública- Integração de dados;- Sistemas de informações gerenciais e de apoio à decisão;- Sistemas de apoio à estatística e análise criminal.	<ul style="list-style-type: none">- Utilização dos sistemas informatizados nacionais e estaduais de interesse da defesa social;- Desenvolvimento da capacidade crítica de valoração das informações extraídas dos sistemas;	<ul style="list-style-type: none">- Qualidade na coleta de dados;- Construção de uma rede de informações, a partir de bases de dados distintas;- Valorização da informação como importante recurso de apoio à defesa social e de respeito aos direitos humanos.

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

A construção de conhecimentos a partir de informações qualitativas vem se firmando como um poderoso instrumento de trabalho nas empresas modernas, bem como na defesa social. Conhecer e entender a realidade social, política, criminal de uma determinada área têm-se tornado fundamento para a implantação de políticas públicas de prevenção e repressão à violência e a criminalidade.

A informática, por meio do estudo das tecnologias da informação, mostra-se como um poderoso recurso para a transformação de dados em informações e para a construção de modelos que auxiliam no processo de tomada de decisão.

A sociedade, por sua vez, vem requerendo da segurança pública um perfil diferente do que vem sendo praticado ao longo dos tempos. Exige-se profissionais mais capacitados e habilitados na realização de estudos prévios de cenários, como pré-requisito para o desencadeamento de ações ou planejamentos de segurança pública. Falsos conhecimentos, baseados no empirismo, e ações truculentas sem embasamento ou estudo anterior, são, cada vez mais, repudiados pela sociedade.

A disciplina de Sistemas Informatizados insere-se nesse contexto como meio que irá proporcionar aos profissionais de segurança pública a capacitação indispensável à utilização dos sistemas informatizados, como instrumento de alicerce à construção de políticas públicas de Defesa Social, bem como de apoio às atividades operacionais de Segurança Pública.

d) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para que os alunos possam:**
 - Produzir conhecimentos sobre a criminalidade, por meio do uso eficiente e eficaz de informações policiais, extraídas de bases de dados dos sistemas operacionais, disponíveis na área de defesa social.

- **Desenvolver/exercitar habilidades para:**

- Utilizar os sistemas de informatizados de apoio às atividades de segurança pública, bem como os voltados ao planejamento preventivo e de combate à violência criminal.

- **Fortalecer atitudes para:**

- Despertar nos profissionais de segurança pública a importância da integração dos dados, produzidos nas várias instituições que formam o sistema de defesa social (polícia, ministério público, Poder Judiciário, sistema carcerário, dentre outros), como forma para otimizar as investigações policiais e o planejamento de controle e combate à criminalidade.

c) Conteúdos

1. Breve histórico da tecnologia da informação

2. Conceitos básicos

- Dados, informação e conhecimento;
- Sistema computacional: hardware, software e peopleware;
- Tecnologia da informação e comunicação versus sistemas de informações;
 - o Sistemas de Informações
 - o Conceito
 - o Tipologia
- Redes de computadores, Internet e intranet.

3. Conceituação e prática no(s):

- Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública – Infoseg e outros com abrangência

interestadual;

- Sistemas informatizados de estatística e análise criminal, voltados ao planejamento de ações de controle e combate à criminalidade;
- Sistemas informatizados voltados às atividades operacionais de segurança pública e de defesa social, implantados em âmbito estadual;
- Sistemas informatizados voltados ao apoio à investigação criminal.

d) Estratégias de Ensino

Esta disciplina é contemplada, em sua maior parte, por conteúdos que requerem o desenvolvimento, no discente, de habilidades técnicas para o uso dos sistemas informatizados. Conseqüentemente, é primordial que seja disponibilizado laboratório de informática, munido recursos auxiliares multimídia e de número de computadores suficiente para praticar a proporção máxima de dois alunos por microcomputador.

A disciplina deverá ser ministrada através da utilização de exemplos práticos da rotina do profissional, o que irá contribuir para demonstrar a necessidade do uso da ferramenta no trabalho de prevenção e controle da violência.

Ademais, sempre que possível, os conteúdos teóricos deverão ser ministrados alternadamente com aplicações práticas referentes ao mesmo, em razão da natureza prática da disciplina.

e) Avaliação da aprendizagem

Na avaliação da disciplina, deverá ser observada a habilidade do discente em utilizar os sistemas informatizados abordados. Sendo assim, uma avaliação prática, envolvendo os conteúdos ministrados, é obrigatória, devendo ser realizada ao final de cada instrução ou ao término da disciplina.

Opcionalmente, pode-se adotar uma avaliação teórica, na forma de prova convencional ou de trabalhos de pesquisa. Neste último caso,

intenta-se aprofundar conhecimentos específicos num determinado assunto, sobre o qual se julgue condizente com o assunto ministrado.

f) Referências Bibliográficas

CYGANSKI, David; ORR, Jonh A; VAZ, Richard **F. Information Technology**: Inside and Outside. Upper Saddler River, New Jersey: Prentice Hall, 2000.

FURTADO, Vasco. **Tecnologia e Gestão da Informação na Segurança Pública**. Garamond, 2002.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Manual do Infoseg**.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de Informações Gerenciais**. São Paulo: Atlas, 2005.

SPENDER, J.C. Gerenciando sistemas de conhecimento. In: FLEUTY, Maria Tereza Leme; OLIVEIRA JR, Moacir de Miranda (Org.). **Gestão Estratégica do Conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2001.

TANENBAUM, ANDREW. **Redes de Computadores**. 4ed, São Paulo: Campus, 2003.

g) Referências na WEB

Disciplina: Gestão da Informação

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">- Dado, informação e conhecimento- Fluxos de informação- Características da informação- Elementos básicos da formulação e implementação de uma estratégia informacional- Conhecimento como vantagem competitiva	<ul style="list-style-type: none">- Coleta, mapeamento e análise de dados- Utilização de softwares que possibilitam a gestão do conhecimento- Técnicas de levantamento de informações e indicadores de interesse da defesa social- Produção e criação do conhecimento	<ul style="list-style-type: none">- Preservação da fonte da informação- Organização de bancos de dados- Compartilhamento das informações obedecendo ao princípio da oportunidade- Sigilo e proteção da informação- Reconhecer a relação existente entre informação, conhecimento, tomada de decisão, planejamento e políticas públicas

2. Descrição da Disciplina

a) Contextualização

Na era da informação, a maior e mais duradoura vantagem competitiva vem do conhecimento. O sucesso das empresas e organizações repousa no domínio da informação em tempo real e na confiança dos relacionamentos. Elas precisam reunir pessoas qualificadas, confiáveis e com elevado espírito de trabalho em equipe, capazes de atuar remotamente e ter ampla autonomia para tomada de decisões em relação às tarefas.

Nesse cenário, a Gestão da Informação é uma ferramenta fundamental para que as empresas e organizações consigam ser bem-sucedidas. A capacidade de compartilhamento, em tempo real, de mensagens e informações, e de conversão das informações em conhecimento são, na atualidade, as competências mais vitais para qualquer organização.

Grande parte das pessoas de alguma forma inseridas no contexto da "sociedade globalizada", principalmente as classes governantes, empresariais e intelectuais, identificam a importância cada vez maior que o fluxo e a manipulação da informação tem na sociedade que lhes é mais diretamente acessível. As características decorrentes da identificação, armazenamento, processamento e acesso à informação determinam cada vez mais suas vidas, seus relacionamentos profissionais, a visão que têm da sociedade e como nela influenciam.

Esta percepção leva a identificar a "sociedade da informação" como estágio evolutivo inevitável, quando não desejável, da organização social dos grupos humanos. Isto, por sua vez, faz desejável, se não premente, uma resposta da sociedade, em seus diversos segmentos, de modo que esta reorganização se realize de forma adequada, evitando uma nova marginalização no novo contexto que se esboça.

A identificação da "sociedade da informação" principalmente por meio de suas características econômicas: mudanças nas relações de trabalho e na valorização relativa dos elementos da economia, privilegiando o domínio das tecnologias da informação, têm conseqüências nas políticas

que são adotadas, tanto em nível governamental quanto em empresas e outras organizações sociais.

Há, entretanto, diversos outros elementos subjacentes na mudança ora identificada como "sociedade da informação". Para identificá-los e resgatar sua importância relativa, apoiamo-nos no referencial do ser humano, em suas dimensões individuais e sociais, pessoais e transcendentais.

Esta visão não se contrapõe aos esforços realizados nos âmbitos mais diretamente relacionados com a dimensão econômica da sociedade; o que propõe é uma complementação, restituindo à nossa atenção dimensões do ser humano que sabemos e intuimos fundamentais, mas que muitas vezes ficam abafadas pela primazia que o que parece mais imediato impõe.

Assim a "opção quantitativa", por mais agentes, armas, viaturas, bem como toda a sorte de outros equipamentos peculiares, ainda que necessária, parece não ser suficiente para produzir o impacto esperado sobre a criminalidade de massa, conforme esperado pelas autoridades e a sociedade em geral.

O fenômeno da criminalidade e sua expansão vêm demandando hoje a mobilização de novos recursos tecnológicos e legais de controle disponíveis pelo Estado bem como uma nova formatação na metodologia de ação dos profissionais da área de segurança pública.

A gestão do conhecimento produzido acerca da observação de cenários e da análise de suas relações proporciona o conhecimento dos criminosos e questões conexas (sociais, política e econômicas), tornando-se ferramenta fundamental a gestão de segurança do Estado.

A segurança pública e a Inteligência policial envolvem a atividade de gestão da informação (conhecimento ou "saber") sobre os problemas enfrentados pela sociedade relacionados à sua segurança e a questões correlatas, originando a necessidade de troca de informações articuladas entre diferentes órgãos das esferas federais, estaduais e municipais e até internacionais.

A metodologia de abordagem geral e de procedimentos técnicos específicos da Inteligência Policial está essencialmente identificada com a da Inteligência Clássica de Estado, atividade hoje regulada pela Lei 9.983 de 07 de dezembro de 1999 que institui o chamado Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN

De acordo com a lei, “O Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado Democrático de Direito e a dignidade da pessoa humana, devendo ainda cumprir e preservar os direitos e garantias individuais”, portanto revestido de legalidade, utilidade e racionalidade.

Para tanto, mister se faz que as instituições responsáveis pela Segurança Pública do País por intermédio de seus componentes saibam utilizar correta e adequadamente a ferramenta que propicia a sistematização da informação.

Esta atividade tem por objetivo subsidiar o planejamento de operações e para a tomada de decisões com informações que permitam o desencadeamento de ações policiais eficazes, reduzindo a probabilidade de erros, justamente por estar o planejamento calcado no produto resultante de um processo metodológico de análise das informações.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para que os alunos possam:**

- Identificar na Gestão da Informação, e na ação de Inteligência, os princípios norteadores dos direitos humanos visando assegurar as garantias Constitucionais e fundamentais, protegendo dados e informações de cunho pessoal evitando a exposição desnecessária de indivíduos.

- **Desenvolver/exercitar habilidades para:**

- Utilizar técnicas de levantamento de informações (Coleta, mapeamento e análise de dados)

- **Fortalecer atitudes para:**

- Perceber as mudanças sociais e suas repercussões no âmbito da sociedade frente ao fluxo e de informações impostas e disponíveis, suas vantagens e desvantagens que influenciam na sua atividade.

c) Conteúdos

- As características da sociedade contemporânea: o conhecimento como diferencial competitivo;
- As demandas da sociedade contemporânea: o resgate da dimensão humana;
- Dado, informação e conhecimento
- A gestão da informação e a Inteligência.
- Conceitos e definições fundamentais da atividade de Inteligência.
- A utilização da Inteligência e dos seus resultados nas diversas fases da história mundial e brasileira
- A política de Inteligência atual
- Lei 9983/99, Criação do SISBIN e Decreto 3.695, Criação do subsistema de inteligência de segurança pública. MJ/SENASP
- Proteção ao conhecimento Dec. 4.553, e política de segurança da informação.
- Tipos de Análises: de Inteligência, criminal, operacional e investigativa
- A análise criminal e sua articulação e aproveitamento na gestão da informação
- Coleta, mapeamento e análise de dados, produção do conhecimento e difusão
- Softwares que auxiliam na produção e gestão do conhecimento

- Técnicas de levantamento de informações e indicadores de interesse da defesa social
- A informação como fator estratégico para tomada de decisão e elaboração de políticas públicas na área de segurança
- Redes de relacionamento
- As diferentes "data warehouses"⁶.

d) Estratégias de ensino

Apresentação da legislação e discussão. Estudos e análises de casos e do emprego da Inteligência.

Utilização dos diferentes Bancos de Dados informatizados disponíveis em sua organização para a produção do conhecimento através da análise relacional de dados. Apresentação de textos e vídeos relacionados a disciplina.

e) Avaliação da Aprendizagem

Trabalhos de estudo dirigidos ao assunto, procurando despertar o interesse destes pela disciplina e ao mesmo tempo propiciar a avaliação e o entendimento dos conteúdos da disciplina, de forma a permitir que o instrutor foque nas aulas posteriores a avaliação os assuntos que tiveram menos entendimento.

Avaliação: prática de análise de inteligência – "cases", em grupo e individual de forma que aluno utilize todos os conceitos e procedimentos do o processo cíclico da inteligência.

f) Referencias Bibliográficas

CEPIK, Marco. Inteligência e Políticas Públicas: Dinâmicas Operacionais e Condições De Legitimação. Security and Defense Studies Review. Rio de Janeiro.

⁶ Coleção de dados orientada por assuntos, integrada, constituindo uma grande área de armazenamento eletrônico, estruturada e utilizada para o suporte à decisão.

DAVENPORT, Thomas H. Ecologia da Informação: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998

FURTADO, Vasco. Tecnologia e gestão da informação na Segurança Pública. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2002.264 p.

BRASIL, Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências.www.planalto.gov.br. Acesso 13/out/2005.

GARAY, Humberto de Sá, debates e anotações do Curso de pós-graduação em Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação da Fundação Getulio Vargas. Porto Alegre-RS, de 2004 a 2005 e do Curso de Inteligência de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, Recife – PE, de junho a setembro de 2005.

GARAY, Humberto de Sá, Experiência em quanto administrador do Sistema Guardiã da Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, de 2001 a 2005.

h) Referências na WEB

BRASIL, Lei 10.217, de 11 de abril de 2001. altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas. <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13 out. 2005.

BRASIL, Decreto nº 3.965, de 21 de fevereiro de 2000. Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro e dá outras providências. www.planalto.gov.br. Acesso em 12 out. 2005.

BRASIL, Decreto nº 4.553, 27 de 2002. Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências. www.planalto.gov.br. Acesso em 12 out. 2005.

BRASIL, Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do sistema Brasileiro de Inteligência, instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e dá outras providências. www.planalto.gov.br. Acesso em 12 out. 2005.

SOUZA, Nelson Gonçalves de e DANTAS, George Felipe de Lima. A Integração de sistemas de Informação: Base para a Gestão do Conhecimento, Inteligência Policial e Análise Criminal. Anais do Simpósio Nacional: "Inteligência Policial e Criminalidade de Massa" Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, junho/2004. Disponível em <http://www.fenapef.org.br>.

Área temática VIII

Cotidiano e Prática Reflexiva

Disciplina: Ética e Cidadania

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> - Bases filosófica e epistemológica - Valores organizacionais, sociais e pessoais - Papel do profissional da Segurança Pública na construção do Estado Democrático de Direito - -Código de conduta para os encarregados da aplicação da lei (ONU) - Códigos de ética e/ou Regimentos disciplinares - -Art 5º da Constituição Federal 	<ul style="list-style-type: none"> - Observância e reflexão sobre o Código de Ética e/ou regimento disciplinar específico da organização a que pertence - Observância e reflexão sobre Art 5º da Constituição Federal - -Servir e proteger 	<ul style="list-style-type: none"> - -Postura como protagonista do bem estar social - Reconhecimento de que de que os nossos atos são políticos indo além das suas dimensões técnico-científicas e corporativas - Responsabilidade social assumindo seus atos, reconhecendo-se como autor com capacidade de agir por si mesmo, com autodeterminação, autonomia, independência, com noção de interdependência

2. Descrição da Disciplina

a) Contextualização

As doutrinas éticas fundamentais nascem e desenvolvem-se em diferentes épocas e sociedades como resposta aos conflitos básicos apresentados entre os homens.

O senso moral baseia-se em princípios, valores e costumes contextualizados no tempo, local e sociedade e tem por objetivo a

regulação moral da vida cotidiana. É na dinâmica da vida social, portanto, que se constroem as relações éticas fundamentais.

Atualmente a ética contempla a condição de vida do homem no mundo e dos seus limites e possibilidades, por este motivo é necessário buscar recursos em outras áreas do conhecimento com vistas à análise do comportamento humano. É desta forma que pretende-se trabalhar com o profissional de segurança pública.

O estudo da Ética é de fundamental importância para que o profissional de segurança do cidadão, possa optar com segurança sobre sua conduta ao defrontar-se com as situações de dualidade, tão freqüentes em seu cotidiano profissional.

b) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para:**
 - Compreender as questões éticas e refletir sobre o seu papel como profissional da segurança pública;
- **Desenvolver e exercitar habilidades para:**
 - Desenvolver uma conduta ética e legal que o auxilie nos seus momentos de decisão, sejam eles momentos particulares ou profissionais;
- **Fortalecer atitudes para:**
 - Reconhecer a visibilidade moral e a importância de uma postura político-pedagógica que a atuação do profissional de segurança pública requer ao antagonizar-se às atividades ilícitas e criminais.

c) Conteúdos

- Conceitos Básicos – Subsidiarão as reflexões à respeito do tema utilizado para a sensibilização inicial.
- Conceitos: Moral, valores, costumes e cultura (geral e específica da função) contextualizados no tempo e no espaço.
- A Profissão do Profissional da Área de Segurança Pública Fundamentada na Ética
- A situação ética dos profissionais da área de segurança pública em relação às exigências legais e às expectativas dos cidadãos - Despersonalização (indivíduo versus profissional/estereótipos) -Atitudes profissionais éticas.
- A conduta ética e legal na atividade do profissional da área de segurança Pública
- A função do profissional da área de segurança pública e suas responsabilidades - A necessidade de um código de ética profissional – a relação com o arcabouço jurídico para o desempenho da atividade do profissional da área de segurança pública - Código de conduta para funcionários encarregados de fazer cumprir a lei (ONU)

d) Estratégias de Ensino- Aprendizagem

- Exibição de filmes seguidos de discussão e debates; (Como sugestão nos primeiros dia de aula deverá ser exibido o filme “Um Dia de Treinamento”, ou mídia similar, isto permitirá um excelente debate);
- Discussões sobre casos concretos e atuais;
- Discussões em grupo e dinâmicas;
- Estudo de textos pertinentes ao tema;
- Consulta a legislação e documentos afins.

e) Avaliação

A avaliação consistirá na observação cotidiana exercida pelo professor sobre o aluno (escrita, inserções em sala de aula etc)

f) Referências Bibliográficas

- ÁVILA, Fernando Bastos de. **Pequena enciclopédia de moral e civismo**. Rio de Janeiro: Fename, 1978.
- BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: CAPEC, 1998.
- MINGARDI, Guaracy. **Tiras, gansos e trutas: cotidiano e reforma da Polícia Civil**. São Paulo: Escritta Editorial, 1992.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Resolução 34/69: código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei*. New York: ONU, 1969.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. **A organização policial numa área metropolitana**. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, vol. 25, n. 1, 1982.
- TAVARES, José Vicente. A arma e a flor: **formação da organização policial, consenso e violência**. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, vol. 9, n. 1, 1997.
- **“Um dia de treinamento”** com Denzel Washington – filme longa-metragem para sensibilização inicial.
- DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**. São Paulo: Ática, 2005.

Área temática IX

Funções, Técnicas e procedimentos em Segurança Pública

Disciplina: Preservação e Valorização da prova

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> - Concepção epistemológica da prova e sua relevância - Identificação e preservação das provas materiais e subjetivas - Princípios que regem a prova no âmbito processual penal - Procedimento probatório - Condições de coleta da prova - Produção da prova em Local de crime - Aspectos críticos em local de preservação de prova de crime: competências funcionais, gerenciamento da comoção/retaliação pública, ligação com a imprensa, vítimas, acusados 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização de técnicas de preservação da prova e isolamento de locais de crimes. - Utilização de métodos e procedimentos que garantam a segurança na identificação, preservação e coleta da prova. - Preparação para aspectos críticos e de potenciais interferência na preservação da prova criminal 	<ul style="list-style-type: none"> - Valorização do isolamento e preservação dos locais de crime - Postura científica para a coleta e preservação da prova - Aumento da autonomia profissional no trabalho de preservação da prova criminal - Conduta assertiva junto às testemunhas, vítimas e autores

2. Descrição da disciplina

a) Contextualização

O direito de punir do Estado democrático de direito não é absoluto. No Estado moderno a solução de conflitos de interesses é exercida por meio da função jurisdicional do Estado no que se denomina de processo e, em se tratando de uma lide penal, processo penal.

A lesão causada ao Estado pela prática da infração penal, desencadeia todo um sistema legal de defesa envolvendo mecanismos dos Estados Legislativo, Administrativo e Judiciário. É estabelecida uma rede de órgãos públicos com competências perfeitamente diferenciadas como a Polícia, o Ministério Público, os Juizes e os Tribunais Penais, mas que buscam o mesmo fim, prevenir e reprimir as práticas delituosas.

Desses, a Polícia tem a função primordial de impedir a prática desses ilícitos e apurar a ocorrência desses e de sua autoria. O foco da disciplina ora proposta, é, exatamente, a fase da apuração da ocorrência e de sua autoria.

Pelo ordenamento jurídico do Brasil cabe à Polícia Judiciária, exercido pelas Polícias Cíveis, a apuração preliminar das infrações penais e de sua autoria que dará sustentação à ação penal que é o impulso inicial do processo penal. Muito embora a apuração da polícia tenha caráter extrajudicial, ele tem relativa importância na formação do livre convencimento do Juiz no julgamento da causa, até porque está integrada ao contexto do processo.

Um dos princípios que regem o processo penal é o da verdade real, garantidor de que o direito de punir do Estado seja exercido somente contra aquele que praticou a infração penal e circunscrito aos exatos limites de sua culpa. Essa formatação da verdade só é possível por meio da prova.

A prova é a alma do processo. Tem ela, como foco, a reconstrução de fatos e de sua autoria, de todas as circunstâncias objetivas e subjetivas que possam ter influência na responsabilidade penal do autor bem como na fixação da pena ou na imposição da medida de segurança.

A produção da prova pelas partes é uma das formas de tutela das garantias fundamentais no Estado Democrático de Direito. Portanto, precisa ser bem cuidada desde o primeiro momento de sua construção

que, via de regra, ocorre na fase policial. Qualquer descuido na produção da prova prejudica a justa aplicação da lei. Nenhuma acusação penal se presume provada. O ônus da prova dos fatos e da autoria incumbe ao Estado, portanto, no primeiro momento, à Polícia.

A reconstrução da verdade deverá obedecer aos limites impostos pela Constituição Federal e pela lei processual penal. Tanto o Código de Processo Penal como outras leis esparsas estabelecem os meios pelos quais poderão ser produzidas as provas. Esses meios legais de coleta dos elementos de prova nos levam à constatação de que nesse contexto, necessariamente, ela terá que ser considerada em dois aspectos: material e subjetivo.

Muito embora a incumbência funcional da busca da prova seja atribuída à Polícia Judiciária, não se pode perder de vista a proposta política embutida no texto Constitucional quanto a complementaridade das ações de segurança pública. Esse princípio respalda o sistema brasileiro que não contempla a existência de polícia com ciclo completo de ações. A Segurança Pública é uma estrutura de cooperação. A própria Matriz ora proposta, respalda a prática, que é inequívoca quanto ao fato de que as organizações de segurança pública, de forma sistêmica, desenvolvem ações que se completam, mesmo as de apuração dos delitos. Daí a existência de conhecimentos que são comuns, portanto, precisam ser compartilhados.

Em especial no local de crime, onde as provas são mais evidentes, a regra é que, pelo menos, atuem as Polícias Militar e Civil. Aquela, via de regra, chegando no primeiro momento, tomando as primeiras providências, especialmente no que diz respeito aos cuidados iniciais com a preservação das provas, tanto materiais quanto subjetivas. Em alguns casos, além dessas organizações, também participam dessa tomada de decisão inicial, o Corpo de Bombeiros, o Departamento de trânsito ou a Guarda Municipal.

Nesse contexto, considerando não haver uma hierarquia de provas, pois o convencimento do Juiz depende de uma apreciação sistêmica, é fundamental que o sentido de preservação e de cuidados com a prova, seja também sistêmico. É preciso que o agente de segurança pública tenha essa percepção de que os elementos de produção da prova são complementares entre si. São partes de um todo. São ângulos

diferentes de um mesmo fato, portanto precisam ser tratados com o mesmo cuidado.

A disciplina Preservação e Valorização da Prova trata dos cuidados objetivos que o agente de segurança pública deve ter no trato com os elementos de prova, especialmente no momento que antecede sua coleta, pelo perito, no caso da prova material, ou pelo Delegado de Polícia, quanto a prova subjetiva, na dimensão do espaço, por meio lícito e legal, para ser validado como prova idônea na busca da verdade real.

Valorizar a prova requer antes de tudo reconhecê-la, para assim saber preservá-la. Requer também a capacidade de responder as questões: por que preservar? Quais os prejuízos para o meu trabalho e para o trabalho dos demais profissionais envolvidos na cadeia deste processo? Que ações executar visando esta preservação? O que evitar?

Num sentido ainda mais amplo, a real compreensão da importância da atividade desempenhada por cada profissional pode ser encarada como uma valorização da própria atividade e da auto-estima deste, facilitando a sua inserção no processo e sua integração com os demais profissionais envolvidos.

Sendo assim, o propósito da disciplina é alcançar o agente que não é aquele encarregado, institucionalmente, da coleta e validação das provas, como o perito e o delegado de polícia, mas aquele encarregado dos cuidados iniciais nesse processo de validação. No contexto estão os demais agentes cujo trabalho consolida toda uma proposta de ações integradas e complementares da segurança pública. São conhecimentos básicos necessários à sustentação dos procedimentos e atitudes que deverão ser adotadas por esses agentes na preservação da prova, seja ela material ou subjetiva.

e) Objetivos da disciplina

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para que os alunos possam:**

- Compreender o sentido sistêmico que envolve todo o processo criminal, desde a fase inicial na cena do crime, até a utilização das provas materiais e subjetivas na fase final, na esfera do Poder Judiciário.

- **Desenvolver/exercitar habilidades para:**

- Utilizar técnicas de isolamento de locais de crime e procedimentos requeridos para uma correta preservação das provas.

- **Fortalecer atitudes para:**

- Reconhecer na produção das provas, quer sejam materiais ou subjetivas, a sua relação direta com a plena aplicação da garantia dos Direitos Individuais, com a proteção dos Direitos Humanos e com o combate à impunidade.
- Atuar com uma conduta adequada na cena do crime, reforçando em cada um dos envolvidos no Sistema de Justiça Criminal, o sentido do valor que o desempenho de sua atividade representa.

f) Conteúdo

- Prova
 - classificação: material e subjetiva
 - estrutura Analítica da Prova
 - elemento de prova
 - meio de prova
 - instrumento de prova
 - Produção da Prova (Ônus da Prova)
 - aspectos legais
 - atribuições e competências nas fases, policial e judicial

- A Prova Material
 - vestígios, evidências e Indícios
 - tipos de vestígios ou evidências
 - características especiais de vestígios encontrados na cena de crime
 - preservação da prova material
 - A prova Subjetiva
 - conceito e valor jurídico
 - abordagem de testemunhas, vítimas e suspeitos
 - técnicas de abordagem
 - circunstâncias e condições especiais a serem consideradas
 - preservação da prova subjetiva

- Local de Crime
 - definição de local de crime
 - classificação de local de crime
 - técnicas de isolamento de local de crime
 - técnicas de preservação de local de crime
 - protocolos de procedimentos no local de crime, considerando as características próprias de cada um e as competências de cada organização de segurança pública
 - a relação entre os diferentes profissionais de segurança pública na cena do crime
 - trato com a imprensa, parentes da vítima e/ou e populares em geral

d) Estratégias de Ensino

Serão utilizadas aulas expositivas, projeção de imagens e de vídeos para a aquisição de conhecimentos teóricos; e demonstrações, simulações e estudos de casos para o desenvolvimento de habilidades e fortalecimento de atitudes.

e) Avaliação de Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem abrangerá uma prova e um exercício de simulação.

g) Referências Bibliográficas

ARANHA, Adalberto José Q.T. de Camargo. **Da prova no Processo Legal**. São Paulo: Saraiva, 1994.

DOREA, Luiz Eduardo. **Local de Crime**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto – 2 Ed., 1995.

ESPINDULA, Alberi. **Local de Crime: Isolamento e Preservação, exames periciais e investigação criminal**. Brasília: Alberi Espindula Ed. – 2ª Ed., 2003.

MALATESTA, Nicola Framarino dei. 2ª Ed. A lógica das Provas em Matéria Criminal. S. Paulo: Livraria Teixeira

MARQUES, José Frederico. Elementos de direito processual penal. Campinas: Bookseller, 1997

MIRABETE, Julio Fabbrine. Processo Penal. 2ª Ed. S. Paulo: Atlas –, 1992.

TORNAGHI, Hélio. Curso de Processo Penal - v. 1., Ed. Saraiva, 1997.

Disciplina: Primeiros Socorros

1. Mapa de competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none"> - Emergência e Urgência - Sistema de emergência médica e socorrista - Avaliação geral do paciente - Suporte básico de vida - Hemorragia e choque - Traumatismo - Emergência e pacientes especiais: crianças, idosos e perturbados mentais - Aspectos psicológicos intervenientes no atendimento ao acidentado 	<ul style="list-style-type: none"> - Prestação de pronto atendimento a vítimas de politraumatismo ou de emergência clínica - Aplicação de técnicas do suporte básico de vida até a chegada de Unidade Especializada ou de profissional da área médica ou remoção da vítima para unidade hospitalar - Avaliação e informação da situação de emergência - Estabilizar pacientes na cena de emergência - Manipulação adequada do paciente - Informação da condição do paciente e os tratamentos ministrados - Aplicação das técnicas aprendidas - Técnicas de higienização e esterilização, fatores de riscos e equipamentos de proteção 	<ul style="list-style-type: none"> - Atitudes pró-ativas agilidades - Atenção das técnicas adequadas a cada situação de constante preservação da vida - Equilíbrio de emoções e apoio tranquilizador nas situações de atendimento

2. Descrição da Disciplina

a) Contextualização:

A grande maioria dos acidentes poderia ser evitada, porém, quando eles ocorrem, alguns conhecimentos simples podem diminuir o sofrimento, evitar complicações futuras e até mesmo salvar vidas.

O fundamental é saber que, em situações de emergência, deve-se manter a calma e ter em mente que a prestação de primeiros socorros não exclui a importância de uma posterior apresentação a

um médico. Além disso, o socorrista deve se certificar de que há condições seguras o bastante para a prestação do socorro sem riscos para o socorrista. Não esquecer que um atendimento de emergência mal feito pode comprometer ainda mais a saúde da vítima.

Deixar de prestar socorro significa não dar nenhuma assistência à vítima. A pessoa que aciona um socorro especializado, por exemplo, já está prestando e providenciando socorro.

Qualquer pessoa que deixe de prestar ou providenciar socorro à vítima podendo fazê-lo, estará cometendo o crime de omissão de socorro, mesmo que não seja a causadora do evento.

A falta de atendimento de primeiros socorros eficientes é o principal motivo de mortes e danos irreversíveis nas vítimas de acidentes.

O momento após um acidente, principalmente as duas primeiras horas são os mais importantes para se garantir a recuperação ou a sobrevivência das pessoas feridas.

Todos os seres humanos são possuidores de um forte espírito de solidariedade, e é este sentimento que nos impulsiona a tentar ajudar as pessoas em dificuldades.

Nestes trágicos momentos, após os acidentes, muitas vezes entre a vida e a morte, as vítimas são totalmente dependentes do auxílio de terceiros.

Acontece que somente o espírito de solidariedade não basta. Para que se possa prestar um socorro de emergência correto e eficiente, precisamos dominar as técnicas de primeiros socorros.

É comum pensar que na hora de emergência certas pessoas não terão coragem ou habilidade suficiente, mas isso não deve ser motivo para deixar de aprender as técnicas, porque nunca se sabe quando terão que utilizá-las.

A responsabilidade torna-se maior quando o Agente de Segurança Pública se depara com situações em que os primeiros socorros terão que ser aplicados. Estes Agentes lidam diretamente e quase que diariamente com o público, os quais tem o dever de prestar socorro em quaisquer circunstâncias. Nota-se que estes Agentes de Segurança são, via de regra, os primeiros a chegarem ao local de acidentes, tendo que assumir uma postura de liderança, que passe confiança aos presentes, em nome do Estado que representam.

c) Objetivos da disciplina:

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para que os alunos possam:**

- Avaliar a vítima por meio da identificação de sinais vitais e suas possíveis irregularidades;

- **Desenvolver/exercitar habilidades para:**

- Utilizar técnicas e procedimentos que possibilitem prestar um atendimento preciso, rápido e seguro em casos de acidentes, partos ou males súbitos, até a presença de pessoa mais especializada.

- **Fortalecer atitudes para:**

- Reconhecer o limite de seus recursos/meios e solicitar ajuda mais especializada.

c) Conteúdos:

1 – Avaliação Geral da vítima

- Método (CHARP) Circulação, Hemorragia, Vias Aéreas, Respiração e Pulsação.

2 - Suporte Básico de Vida

- Reanimação cardiopulmonar;
- Parada respiratória;
- Engasgamento;
- Obstrução das vias aéreas por corpos estranhos.

3 - Hemorragias e Choques

- -Conceito;
- -Sinais e sintomas;
- -Tipos de hemorragias;
- -Tipos de Choque;
- -Técnicas de contenção de hemorragias.

4 – Traumas

- Traumatismo Crânio-encefálico;
- Traumatismo Ráqui-medular;
- Traumas de tórax;
- Técnicas de transportes;
- Razões para a movimentação de vítimas.

5 - Parto de Emergência

- Fases do Trabalho de Parto;
- Possíveis complicações do Parto.

6 – Prevenção Infecto-Contagiosas

- -Assepsia de Viaturas e materiais;
- -Técnicas de transporte.

d) Estratégias de Ensino:

Aulas expositivas dialogadas com estudo de casos, com recursos audiovisuais;
Métodos interativos com os participantes – indutivo e dedutivo;
Demonstrações das técnicas conhecidas e estudadas;
Exercícios práticos para fixação do conteúdo com situações-problemas;

e) Avaliação da aprendizagem:

A avaliação será feita pela participação efetiva nas práticas executadas em sala de aula durante o curso, onde demonstrará que assimilou o conteúdo aplicado;

Prova escrita para verificação de aprendizagem;

f) Referências Bibliográficas:

STANWAY, Andrew. Manual de primeiros socorros. Rio de Janeiro. Marques Saraiva, 1980

APOSTILA DE EMERGÊNCIA MÉDICA PRÉ-HOSPITALAR. Brasília-DF: Aeroclube de Brasília-DF, 1990.

APOSTILA DE PRIMEIROS SOCORROS DE URGÊNCIA. Brasília-DF: Academia de Polícia Civil do Distrito federal, edição revisada, 2004.

APOSTILA DO CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS. Brasília-DF: Departamento de Socorro da Cruz Vermelha Brasileira/DF, 1996.

Emergency care and transportation of de sick and injured. Rosemont, Illinois: AMERICAN ACADEMY OF ORTHOPAEDIC SURGEONS. 5. ed, revised, 1992.

XAVIER . Rafael de Carvalho. Teoria e Prática sobre Primeiros Socorros Emergenciais para Leigos. Brasília-DF: UCB, 1998.

Disciplina: Uso da Força

1. Mapa de Competências

Aspectos Conceituais	Aspectos Procedimentais	Aspectos Atitudinais
<ul style="list-style-type: none">- Conceito do uso da força.- Legislação pertinente ao uso da força (Código de Utilização do Uso da Força e da Arma de fogo para os encarregados de cumprir a lei e legislações internacionais, regionais, nacionais)- Escala dos princípios da necessidade e da proporcionalidade do uso da força.- Armamentos e equipamentos não letais	<ul style="list-style-type: none">- Uso da força (Presença do profissional da área de segurança pública; Verbalização; Técnicas de Submissão; Controles de Contato ou Controle de mãos livres; Táticas Defensivas não letais e Tiro Policial Defensivo)- Domínio do processo de tomada de decisão (observação, reflexão, decisão, etc)- Correlação dos tipos de abordagem com as habilidades necessárias- Pensar antes de agir- Técnicas não letais de imobilização, defesa, ataque e condução	<ul style="list-style-type: none">- Valorização da graduação da ação durante a aplicação da força.- Respeito à escala de segurança (público, profissional da área de Segurança Pública e infrator)- Respeito aos aspectos legais- Respeito às normas e aos procedimentos- Atenção aos riscos e as oportunidades- Reconhecer o limite legal da ação e as imposições do ambiente para tomar a decisão adequada

2. Descrição da Disciplina:

a) Contextualização

A disciplina surge da necessidade emergente em dar suporte e embasamento a capacitação teórica e prática dos profissionais da área de segurança pública considerando a exigência do contexto atual, a observância dos princípios técnicos, éticos e legais no âmbito do Estado Democrático de Direito, ao mesmo tempo em que procure resguardar a integridade física e moral desse profissional.

Consta nesta Ementa conteúdos que ampliam o leque das alternativas ao uso da força - "incluindo a solução pacífica de conflitos"⁷ -; que possam:

- desenvolver a percepção do profissional de Segurança Pública diante do risco em potencial do quadro apresentado;
- dar suportes técnicos e táticos (normas, processos, técnicas e atitudes) capazes de proporcionar o aprofundamento da metodologia específica aplicada à disciplina, com o atendimento dos aspectos legais, voltado, sobretudo a atividade fim.

Para tanto, se faz necessário que a disciplina trabalhe de forma transversal e interdisciplinar os conteúdos específicos que oferecem subsídios técnicos para que o profissional da área de segurança pública aja profissionalmente de maneira adequada no atendimento de ocorrências que exijam a aplicação da proporcionalidade do uso da força. São eles: Excludente de criminalidade, dentre outras noções de direito aplicáveis ao trabalho dos profissionais de Segurança Pública; Presença do profissional da área de Segurança Pública; Verbalização; Técnicas de Submissão; Controles de Contato ou Controle de mãos livres; Táticas Defensivas não letais e Tiro Policial Defensivo⁸. Todas essas indispensáveis para aplicação do uso legal da força.

b) Objetivos da disciplina:

Criar condições para que o profissional da área de segurança pública possa:

- **Ampliar conhecimentos para:**
 - Analisar as peculiaridades dos aspectos legais que envolvem a excludente de ilicitude, o abuso de autoridade e a desobediência.

⁷ Texto extraído do Princípio Básico nr 20, dos Princípios Básicos Sobre o Uso da Força e Arma de Fogo Pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, Adotados por consenso em 7 de setembro de 1990, por ocasião do Oitavo Congresso das Nações Unidas sobre a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes.

⁸ MINAS GERAIS. PMMG. Manual de Prática Policial, Belo Horizonte, 2002.

- **Desenvolver e exercitar habilidades para:**
 - Identificar o escalonamento do uso da força a partir de procedimentos, técnicas, táticas proporcionando ao profissional de segurança pública a tomada de postura adequada e proporcional a resistência e/ou a agressão recebida.

- **Fortalecer atitudes para:**
 - Priorizar a preservação da vida atuando de forma segura e de acordo com os princípios legais;
 - Reconhecer o seu papel na sociedade, atuando dentro das previsões legais, e aplicando a força estritamente necessária para a contenção da resistência e/ou da agressão recebida.

c) Conteúdos

- Princípios legais. (Excludente de criminalidade, desobediência, desacato, tortura, danos morais, lesões corporais, excesso e outros)

- Aspectos legais e éticos do uso da força. (Legislação internacional, Estadual e nacional aplicáveis ao uso da força: Princípios Básicos do Uso da Força e Arma de Fogo – ONU; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Constituição Federal; Constituições Estaduais; Código Penal; Código de Processo Penal; Código Tributário Nacional; Código de Conduta dos Profissionais dos órgãos de Segurança Pública)

- Fundamentos técnicos do uso da força pelos profissionais de Segurança Pública. (Presença; Verbalização; Técnicas de Submissão; Controles de Contato ou Controle de mãos livres; Táticas Defensivas não letais e Tiro Policial Defensivo).

- Propostas de Modelos de Uso Progressivo da força ("FLETC"; "GIUESPIE"; "REMSBERG; "CANADENSE"; "NASHVILLE"; "PHOENIX"; Procedimento Operacional Padrão – POP/PMGO)
 - Análise comparativas dos Modelos do Uso da Força
 - Proposta de um Modelo Básico do Uso Progressivo a ser adotado pelos órgãos de Segurança Pública.

- Elementos do uso da força. (Armas e equipamentos; Táticas de defesa; Restrições; Movimento e Voz).

- Tipos de Respostas do Uso da Força pelos profissionais de Segurança Pública. (Encontro cooperativo; Encontro resistente; Resistente passivo; Resistente ativo; Agressivo).

d) Estratégias de Ensino

A disciplina abordará fundamentos e técnicas do uso da força visando a formação, aperfeiçoamento e atualização do profissional, lançando mão dos recursos didáticos expositivos, participativos, exemplificativos, audiovisuais e informáticos, por meio de aulas teóricas e práticas.

Abrange as diversas práticas metodológicas entre elas:

- exposição em sala de aula com auxílio de quadro de giz ou outros recursos audiovisuais;
- exposições de materiais (armamento, munição e equipamento);
- participação de alunos na exemplificação, no estudo de casos reais e na troca de experiências;
- exercícios práticos de aplicação dos procedimentos do escalonamento do uso da força.

e) Avaliação da Aprendizagem

Deverá ser composta exercícios simulados com base nos procedimentos operacionais padrão de resolução de problemas (ocorrências). Deverá ser elaborada uma súmula com os pontos a serem avaliados.

A avaliação terá “feedback” durante a sua aplicação, visando a confirmação e correção imediata do procedimento do avaliado em relação ao uso da força.

f) Referências Bibliográficas

CAMPOS, Alexandre Flecha & CAMPOS, Colemar Elias.

Técnicas do tiro ao alvo: breve histórico e orientações.

Ed. Independente, Goiania, 1989.

GIRALDI, Nilson. **IPSC X Pista Policial.** ed. PMESP. São Paulo. 1996.

GOIAS. PMGO. **Procedimento Operacional Padrão - POP.** 2003.

MATHIAS, José J. D'Andrea & BARROS, Saulo C. Rego. **Manual Básico de Armas de Defesa.** ed. Magnum. São Paulo. 1997.

LIMA, João Cavalim de. **Atividade Policial e Confronto Armado.** Curitiba: Juruá, 2005.

MINAS GERAIS. PMMG **Manual de Prática Policial – Volume I,** Belo Horizonte, 2002.

SCHODER, André Luiz Gomes. Artigo – Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei. ed. Independente. Goiânia. 2000.

Participaram da elaboração desse trabalho:

Responsável pelo Trabalho: Juliana Márcia Barroso - MJ

Grupo de Trabalho

Bernadete Moreira Pessanha Cordeiro – Consultora Pedagógica SENASP

Hamilton dos Santos Esteves Junior – BMDF

João Filipe Dias Fernandes – PMPE

Francisco das Chagas Soares Araújo – PCDF

Colaboradores do Grupo de Trabalho

Severiano Pedro do Nascimento - PCPB

Íluna de Aguiar Maia – PCCE

Gláucia Mozinho – Professora RJ

Patrícia Luíza Costa - PCMG

Tereza Cristina Alberi BiralDI –PCSP

Maria de Nazaré Tavares Zenaide - SEDH

Valdemarina Bidone de Azevedo Souza - PUCRS

Roberta Shirley - MJ

Participantes do segundo Encontro da Matriz Curricular

Abizair Antônio Paniago – PCTO

Adilson José Guimarães de Miranda – PCRO

Ana Paula Mendes de Miranda – ISP/RJ

Antônio Altamir Fonseca Barradas – PCPI

Antonio Jorge Ferreira Melo – PMBA

Aquiles dos Santos Andrade – APC-AM

Beatriz Fátima Figueiredo Rabel – PCMT

Carlos Alberto Silva – PMMG

Carlos Roberto Sondam da Silva – PMRS

Daniel Ferreira Lima – PMPE
Denise Pinho de Assis Pereira – SJS - AC
Everton dos Santos – SSP- SE
Jane Alves Clemente da F. Duarte – PVMS
José Nilo Tavares Pereira de Castro – PCPB
José Ribamar da Silva Filho - PMMA
Marcos de Castro Lima -PMPR
Míriam Gondim Lacerda – Diretoria -CE
Paulo Augusto Xavier da Costa – PCES
Sebastião Divino Alves – PMGO
Silvia Caroline Listgarten – SSP/MG
Vicente de Paulo Conceição – IESP/PA

Participantes de Grupos de Trabalho Virtual e Presencial

Alexandre Flecha Campos – PMGO
Analina dos Santos Chaves – Consultora de RH –MG
Anderson Alcântara da Silva Melo – PCMG
André Peixoto Braga – PCAL
Antonio Altamir Barradas - PCPI
Aurélio José Pelozatto da Rosa – PCTO
Carlos Alberto Silva- PMMG
Cássio Thyone de Rosa – PCDF
Danielle Novaes – PMPE
Edna – SUSDEP/DF
Elisangêla Melo Reghelin, PCRS
Elvis Presley Nascimento Ribeiro - PCAP
Emílio Henrique – UERJ – RJ
Gustavo Persichini - PCMG
Humberto de Sá Garay – PMRS

Irapuan Diniz de Aguiar – Preofessor CE
Jésus trindade Barreto Júnior – PCMG
João Alberto Maciel – PCPA
João Filipe Dias - PMPE
Joel Alexandre – PMPE
José Jorge Vieira – PMGO
José Nilo Tavares - PCPB
Júlio da Paz Cônsul - PMRS
Lauédís Tomazelli de Lima – BMAL
Marcelo Vladimir Corrêa – PMMG
Márcio Santiago de Moraes - PMRR
Mauro Acelino Gegenheimer – PMES
Miguel Angel Martinez Vila – Médico Legal MS
Patrícia Luíza Costa – PCMG
Paulo Guilherme Santos – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Segurança Pública – MG
Paulo Roberto Marques Lima – BMAL
Pedro Rates Gomes Neto - PCRO
Rafael de carvalho Xavier – PCDF
Ricardo Luiz Albuquerque Costa –PMRN
Sairo Rogério da Rocha e Silva - PMRN
Sylvia Elyzabeth Figueira – GICAP –SDS- PE
Tereza Cristina Gomes pereira – PMERJ
Wellington de Oliveira – PCMS
Wilquerson Felizardo Sandes - PCPA
Zoraia Saint' Clair Branco – PCRJ

Referências bibliográficas

ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA (Brasília). **Modelo Educacional**. Brasília, 2001.

ALTLET, M. (1992) in PAQUAY, L. et al. **Formando professores profissionais: quais estratégias? quais competências?** Porto alegre: Artmed, 2001.

BALESTRERI, R. B. **Direitos Humanos: coisa de polícia**. Passo Fundo: CAPEC, 1998.

CORDEIRO, B. M. P. & SILVA, S. S. **Direitos Humanos: uma perspectiva Interdisciplinar e Transversal**. Brasília: CICV, 2003.

INSTITUTO DA CIDADANIA. (Brasília). **Projeto de Segurança Pública para o Brasil**. Brasília, 2002.

MAMEDE, S. (org) & PENAFORTE, J. (org). **Aprendizagem Baseada em Problemas: anatomia de uma nova abordagem educacional**. Fortaleza, Hucitec, 2001.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasília). **Bases Curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão**. Brasília, 2002.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasília). **Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública**. Brasília, 2003.

PAQUAY, L. et al. **Formando professores profissionais: quais estratégias? quais competências?** Porto alegre, Artmed, 2001.

PERRENOUD, P. **A Prática Reflexiva no Ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre, Artmed, 2002.

PERRENOUD, P. **Pedagogia Diferenciada: das intenções à ação**. Porto Alegre, Artmed, 2000.

SHÖN, D. A. **Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e aprendizagem**. Porto Alegre, Artmed, 2000.

SILVA, M. **Sala de Aula Interativa**. Rio de Janeiro, Quarter, 2002.